



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL  
FACULDADE DE PEDAGOGIA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

MANOEL TRAVASSOS DOS SANTOS

**GESTÃO ESCOLAR E O PARADOXO DA (IN)VISIBILIDADE: A  
EVIDÊNCIA DE SUJEITOS “ANÔNIMOS” NOS PROCESSOS DE  
DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA**

Castanhal-PA  
2018

MANOEL TRAVASSOS DOS SANTOS

**GESTÃO ESCOLAR E O PARADOXO DA (IN)VISIBILIDADE: A  
EVIDÊNCIA DE SUJEITOS “ANÔNIMOS” NOS PROCESSOS DE  
DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado na Universidade Federal do Pará, como requisito básico para a obtenção do grau de licenciado no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador: professor Dr. Dario Azevedo dos Santos.

Castanhal-PA  
2018

MANOEL TRAVASSOS DOS SANTOS

**GESTÃO ESCOLAR E O PARADOXO DA (IN)VISIBILIDADE: A  
EVIDÊNCIA DE SUJEITOS “ANÔNIMOS” NOS PROCESSOS DE  
DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA**

Este trabalho foi julgado com o objetivo de obtenção do Grau de Licenciado em Pedagogia no Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Pará do Campus de Castanhal na turma flexibilizada em Mãe do Rio-PA.

BANCA EXAMINADORA:

---

(Orientador)

Prof. Dr. Dário Azevedo dos Santos

Campus de Castanhal, UFPA

---

(Membro)

Prof. Dr. João Batista Santiago Ramos

Campus de Castanhal, UFPA

---

(Membro)

Prof. Dr. Francisco Valdinei dos Santos Anjos

Campus de Castanhal, UFPA

Castanhal-PA  
2018

## **DEDICATÓRIA**

Em primeiro lugar dedico este trabalho a Deus todo poderoso em segundo aos meus familiares e amigos que me apoiaram nos momentos difíceis e me motivaram quando o desânimo me abateu, em seguida aos meus professores e colegas educadores que me instrumentalizaram com as ferramentas necessárias para produzi-lo. E o ofereço aos colegas porteiros, serventes, merendeiras, zeladores, auxiliares de secretaria, entre tantos outros apoiadores do ensino que fazem o seu melhor, enquanto, padecem de invisibilidade e irrelevância social.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por toda benção que tem me proporcionado, por guiar meus passos e sempre me amparar, pois por muitas vezes pensei que não conseguiria realizar esse sonho, mas com sua força não me deixou desistir.

À minha família, por acreditarem em mim, por toda ajuda oferecida e pelas palavras de incentivo. Agradeço em especial a minha mãe Maria, que analfabeta dedicou muito esforço para educar seus filhos e nunca me deixou esquecer que o estudo é único meio de crescer.

Aos meus irmãos já falecidos Elias, Enoque e José, que em vida cobraram minha retomada aos estudos e mortos me motivaram a continuar e realizar o sonho da família. E aos demais Maria Elizabete (Beth), Elinalda, Sebastião e Pedro, por serem o meu porto seguro.

A minha esposa Adeane, por ser tão amorosa, paciente e dedicada. Aos meus filhos Eduarda, Marcelo, Pedro Henrique, Ana Beatriz e minha enteada Leticia, por iluminarem minha vida, sendo o combustível que me leva a buscar meus sonhos.

Ao professor Dário Azevedo dos Santos, meu orientador, sábio e paciente, dotado de amplo conhecimento e igual simplicidade. Também a professora Eula Regina Lima Nascimento, pelo apoio que tem oferecido a toda turma nessa difícil caminhada.

Às minhas amigas de curso Gabriela e Vanessa, por sua paciência e inteligência, que nos levaram a formar um fantástico trio, por todos os trabalhos que realizamos e todo o respeito e amizade que construímos ao longo desse período, foi uma honra compartilhar tantos momentos com vocês. E também ao meu amigo Izaelson, parceiro na viagem e nas dificuldades do caminho que nos guiou a esse momento único.

Muito obrigado! Todos vocês foram extraordinários!

## **RESUMO**

O grande número de situações e relações que ocorrem no interior das escolas e suas influências na visão social de mundo e no ensino/aprendizagem são as razões que motivaram essa investigação. Pretende-se analisar as interrelações no ambiente escolar, procurando evidenciar frente a relações de poder/saber quais papéis são oferecidos ao corpo de apoio escolar nos processos de democratização do ensino dentro da escola pública. Com essa finalidade foi escolhida uma escola da rede estadual de ensino, ligada a SEDUC/PA, onde os escalonamentos e as divisões têm aumentado a distância entre os discentes, os docentes e o corpo técnico. Neste projeto de estudo foram envolvidos os porteiros da escola, no intento de dar visibilidade a esse trabalho, mas também pela irrelevância social e educacional atribuída a essa função. Para apoiar a investigação foram utilizados dados bibliográficos, observações, relatos, entrevistas entre outros. O objeto investigado optou pela pesquisa qualitativa e exploratória, uma vez que ela permite a flexibilidade quanto aos objetivos e ao planejamento e possibilita a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado, e apoiou-se o texto no método descritivo/analítico combinados a sociologia compreensiva, com ênfase na Burocracia especializada configurando possibilidades de nivelamento social de Max Weber; nos estudos sobre a gestão escolar e suas influências na formação social do aluno de Vitor Paro e na integração de esforços coletivos por meio de comunidades de aprendizagens de Heloisa Lück. Os resultados demonstraram que práticas empresariais primitivas, políticas clientelísticas, e sistemas escalonados produziram um histórico de invisibilidades aos funcionários de apoio escolar, contudo, os reconhece como “anônimos” essenciais aos processos educativos.

Palavras chaves: Gestão escolar. Porteiro escolar. Exclusão social. Invisibilidade. Educação.

## **ABSTRACT**

The great number of situations and relationships that occur within the schools and their influences in the social world view and in the teaching of learning are the reasons that motivated this investigation. The aim is to analyze the interrelationships in the school environment, seeking to evidence in relation to power relations / knowing what roles are offered to the school support body in the processes of democratization of teaching within the public school. To this end, a school of the state education network was chosen, linked to SEDUC / PA, where the scales and divisions have increased the distance between the students, the teachers and the technical staff. In this study project the school's porters were involved, in an attempt to give visibility to this work, but also because of the social and educational irrelevance attributed to this function. To support the research were used bibliographic data, observations, reports, interviews among others. The object investigated opted for the qualitative and exploratory research, since it allows the flexibility regarding the objectives and the planning and allows the consideration of the most varied aspects related to the fact studied, and supported the text in the descriptive / analytical method combined with sociology with an emphasis on the specialized bureaucracy configuring Max Weber's social leveling possibilities; in the studies on the school management and its influences in the social formation of the student of Vitor Paro and in the integration of collective efforts through learning communities of Heloisa Lück. The results showed that primitive business practices, clientelist politics, and staggered systems have produced a history of invisibilities to school support staff, yet recognize them as "anonymous" essential to educational processes.

Key words: School management. School porter. Social exclusion. Invisibility. Education.

## LISTA DE SIGLAS

AFUSE	Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação.
CEB	Câmara de Educação Básica.
CNE	Conselho Nacional de Educação.
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais.
DT	Diagnóstico Técnico.
Ph.D.	<i>Philosophice Doctor.</i>
PNE	Plano Nacional de Educação.
PT	Partido dos Trabalhadores.
SAE	Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Públicas.
SINTEP	Sindicato dos Trabalhadores em Educação.
UFG	Universidade Federal de Goiás.
UFPA	Universidade Federal do Pará.
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.</i>

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
1 CORPO DE APOIO ESCOLAR, UM LONGO HISTÓRICO DE INVISIBILIDADE, EXCLUSÃO E IRRELEVÂNCIA SOCIAL.....	17
1.1 A HISTÓRIA DA INVISIBILIDADE FUNCIONAL.....	17
1.2 LEGISLAÇÃO, LUTAS E RESISTÊNCIAS.....	22
1.3 O PODER NIVELADO PELA ESPECIALIZAÇÃO, AS ASPIRAÇÕES DEMOCRÁTICAS DA BUROCRACIA .....	26
1.4 A GESTÃO PASSIVA FRENTE A INVISIBILIDADE PROFISSIONAL, UMA ESCOLA INDIFERENTE.....	29
1.5 A REDEMOCRATIZAÇÃO DO PODER, O TRABALHO COLETIVO IMPLICANDO QUALIDADE A EDUCAÇÃO .....	31
1.6 DESAFIOS E IMPLEMENTAÇÃO DA PESQUISA .....	34
2 ANÁLISE DOS DADOS: A INVISIBILIDADE NO PORTÃO DA ESCOLA PÚBLICA .....	40
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	50
4 REFERÊNCIAS.....	54

*É aí, na prática escolar cotidiana, que precisam ser enfrentados os determinantes mais imediatos do autoritarismo enquanto manifestação, num espaço restrito, dos determinantes estruturais mais amplos da sociedade".*

*(Vitor Henrique Paro, 2008, p. 19)*

## **INTRODUÇÃO**

O tema dessa investigação acadêmica, sugere a superação de vaidades, egocentrismos e da cultura autoritária no interior das escolas. Uma vez que "[...] a democracia só se efetiva por atos e relações que se dão no nível da realidade concreta" (PARO, 2008, p. 18), abre-se espaço a edificação de políticas, onde as relações sejam horizontais e os serventes, porteiros, vigias, auxiliares administrativos, professores, pais, alunos, diretores, coordenadores etc. formem um coletivo eficiente que contribua com uma educação de qualidade.

Como no caso da administração escolar "quando consideradas em sua função de buscar a realização dos fins educativos, tanto as atividades-meio quanto as atividades-fim que se desenrolam na escola – e não somente as atividades de direção – são objeto de estudo da administração escolar" (PARO, 2001, p. 42). Portanto, é preciso investigar a anatomia das práticas pedagógicas, administrativas e burocráticas nas relações que acontecem no interior da escola, de modo a compreender seus problemas, suas virtudes e avaliar suas potencialidades.

O professor Vitor Paro insiste que

Embora não seja incomum tratar-se a administração como uma disciplina essencialmente formal, ocupada meramente com métodos e técnicas e preocupada com o trabalho alheio, é preciso da ênfase a sua intrínseca dimensão mediadora, para não perder de vista a necessária adequação das ações, recursos e processos aos fins perseguidos (PARO, 2001, p. 42).

Pretende-se então, debater o poder/saber na "gestão escolar" na visão do "porteiro". Esse notório invisível, é o primeiro a chegar e geralmente o último a sair e, é por ele que os alunos são recebidos e, é com quem fazem o primeiro contato diário na escola e se essa relação for agradável, ajuda-os a sentir-se bem e reflete em suas atitudes no tangente a outras relações cotidianas. É, portanto, um funcionário importante apesar de não reconhecido.

Através do porteiro a pesquisa pretende evidenciar a importância do corpo de apoio escolar, uma vez que eles compõem a comunidade escolar e são legalmente reconhecidos como

profissionais da educação. Pois percebe que "mesmo diferentes entre si, sociedades ou instituições, quanto mais complicadas são suas tarefas, tanto mais sua existência depende do poder dos funcionários" (CARVALHO, 2014, p. 3).

É, portanto, necessário, o estabelecimento de ambientes escolares abertos, participativos, onde os alunos "possam experimentar os princípios da cidadania, seguindo o exemplo dos adultos" (LÜCK, 2009, p. 70). E deste modo, o trabalho do diretor tem como base a competência de liderar e influenciar a atuação de pessoas corroborando para os fins educacionais e cidadãos pretendidos, já que, a maneira como administra a escola reflete diretamente na prática dos professores e no comportamento e aprendizagem dos alunos.

O estudo, então, pretende fazer indagações a respeito de prováveis situações de divisão e exclusão dentro da escola pública. Diante do exposto alguns aspectos podem ser considerados relevantes para justificar a importância deste projeto.

Aspectos que se relacionam diretamente com a contribuição acadêmica que esta pesquisa pode dar à compreensão das relações hierárquicas de poder/saber, no seio das teorias administrativas e burocráticas, comuns aos escritos das instituições escolares. Procurando compreender as contradições nas alocações de diretores sobre "escola democrática", por considera-la ilusória, distante da realidade que distancia discentes, docentes e técnicos. E por fim provocar reflexões quanto a valorização do corpo de apoio escolar, esquecidos nos processos de planejamento, nas políticas educacionais e nas ações voltadas a Gestão.

A pesquisa busca evidências dos papéis oferecidos aos porteiros nos processos burocráticos, de ensino/aprendizagem e democratização do ambiente escolar frente a relações de poder/saber. Mais especificamente, analisa a relevância do trabalho deste como servidor/educador, e propõe sua inclusão como contribuinte nas decisões da gestão, pois entende que isso poderia dar a escola feições verdadeiramente democráticas.

Esta pesquisa, analisará a gestão escolar, sob o ponto de vista de um personagem que aparentemente não exerce nenhuma influência sobre suas decisões e vislumbra dar voz ao "corpo de apoio escolar", pois compreende que é preciso conhecer suas opiniões, seus interesses, suas expectativas e suas percepções da educação. Bem como, suas posturas e disposições frente a políticas coletivas de gestão e os problemas a elas relacionados, supondo que a inclusão de profissionais técnicos nas decisões e a admissão destes como educadores tornaria a escola um espaço legitimamente democrático.

E simultaneamente, indaga se ao fazer do corpo de apoio escolar parceiros da gestão, a escola não conheceria mais a fundo seus progressos, suas dificuldades e suas possibilidades agregando assim, qualidade e eficácia a suas ações?

O que nos remete a pensar se frase "a educação começa no portão da escola" reflete a realidade ou é apenas uma alocação vazia, já que os o corpo técnico não tem representatividade nas decisões, ou se por outro lado, seriam eles partícipes dos processos pedagógicos e administrativos dentro dos muros da escola pública brasileira?

Focando nas relações e disparidades entre o trabalho do porteiro e dos demais funcionários do corpo de apoio escolar, e por compreende-lo junto aos serventes, merendeiras, vigias e zeladores, como funcionários mais propensos a ser marginalizados e estigmatizados, vítimas de um sistema, no qual "[...] grupos bastante próximos culturalmente podem considerar-se totalmente estranhos uns em relação aos outros e até hostis [...]" (BERLATTO, 2009, p. 149).

Faz-se uma reflexão sobre a representatividade do porteiro de escola nas decisões administrativas e responder à pergunta: se de fato a educação começa no portão da escola, quem é o porteiro dentro deste processo? Assim, voltou-se aos feitiços distintos de seu trabalho, seu relacionamento com os alunos e as especificidades que o vislumbrariam como provável colaborador nos processos de ensino e aprendizagem.

Atendendo a essa finalidade, escolheu-se uma escola pública estadual da região nordeste do estado do Pará, em que o quadro de funcionários e a política de admissão de funcionários e a gestão de pessoal e pedagógica estão sendo contaminadas por influências políticas regionais. Prática que tem causado danos a aprendizagem dos alunos<sup>1</sup>.

Por contar com a experiência do investigador junto aos sujeitos, a pesquisa inicialmente assumiu um caráter exploratório, fundamentando-se também em observações, entrevistas e nos teóricos relacionados ao campo da administração escolar e burocrática. E por não se preocupar "com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc." (GERHARDT, SILVEIRA 2009, p. 31), elegeu a pesquisa qualitativa, já que essa possui inúmeros aspectos coincidentes com a proposta deste

---

<sup>1</sup> A Escola Estadual de Ensino Médio e Fundamental (EEEMF), conta com as etapas de ensino: Educação de Jovens e Adultos (EJA), Ensino fundamental e Ensino médio. E alcançou em 2017, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), média 2,4. Em matemática e Língua portuguesa, obteve nota 4,6 numa escala de vai 0 a 10 e índices de reprovação de 45%. Estando muito abaixo da meta de 4 pontos estabelecida por ela desde 2007, ano que foi criado o Ideb. Fonte: QEdu.org.br.DadosdoIdeb/Inep(2017).

A escola está situada em Aurora do Pará/PA, município localizado as margens da rodovia Belém Brasília a 205,1 quilômetros da capital Belém, e conta com uma população de 29.991 habitantes segundo o IBGE 2016. Seus moradores vivem basicamente da agricultura familiar e obtém renda nas feiras da região, principalmente no município vizinho Mãe do rio. Os poucos empregos na iniciativa privada são mal remunerados, informais ou ambos. Os trabalhos com melhor remuneração, são os cargos públicos municipais, estaduais e federais, geralmente controlados pelos políticos da região.

"A região possui localidades onde moram famílias em vulnerabilidade social, que ainda necessitam de bolsa família (EMEIFRMQ, 2016, p. 7) "e Algumas crianças, vivem em ambientes de vulnerabilidade sócio emocionais, sujeitas a violências, abusos sexuais e uso de drogas.

projeto, além de segundo Minayo (2001), focar no caráter subjetivo do sujeito, analisando-o, estudando as suas particularidades e suas experiências sociais e individuais.

Como o objetivo deste estudo consiste em analisar, registrar e interpretar os fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador, mas também analisá-los, optou-se pelo método descritivo/analítico. Pois se está "[...] buscando descrever um fenômeno ou situação em detalhe, especialmente o que está ocorrendo, permitindo abranger, com exatidão, as características de um indivíduo, uma situação, ou um grupo, bem como desvendar a relação entre os eventos" (SELLTIZ *et al*, *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 21), tentando explicar o contexto em que estas ocorrem e sua relação com os sujeitos.

Quanto a forma, este projeto envolve a aplicação prática da ciência caracterizando-o quanto a natureza como, Pesquisa aplicada, pois esta, "Objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais" (GERHARDT, SILVEIRA 2009, p. 31). Além disso, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, "[...] feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web e sites" (FONSECA, *apud* GERHARDT, SILVEIRA, 2009, p. 37).

Gerhardt e Silveira (2009) comentam que, qualquer trabalho científico deve necessariamente começar com uma pesquisa bibliográfica, pois ela permite ao pesquisador conhecer os estudos realizados sobre o assunto. Assim sendo, selecionamos os livros "Economia e sociedade I" (2015), "Economia e sociedade II" (2004), "O que é Burocracia" (1991) e "Ciência e Política duas vocações" (2011) do sociólogo alemão Maximilian Weber (1864-1920), economista, jurista e co-fundador da sociologia.

Também os livros "Por dentro da Escola pública" (2000), "Gestão democrática da Escola pública" de (2008), e "Escritos sobre Educação" (2001), de autoria do professor Vitor Henrique Paro, pesquisador e professor de educação.

Por fim, o livro "Dimensões da Gestão escolar e suas competências" (2009), da professora Heloisa Lück, Ph.D. em pesquisa e ensino e influente conferencista, palestrante e docente em congressos, seminários, cursos de capacitação de profissionais da Educação.

Em linhas gerais, a pesquisa defende a existência de um corpo de apoio escolar especializado, que esteja integrado a um todo escolar funcional com identidade profissional própria. Colaborador, comprometido com trabalho escolar e utilizando-se de cursos e formações, que visam a melhoria da qualidade do ensino no interior da escola pública. O tipo ideal de burocrata Weberiano.

De acordo com Max Weber (2015), o tipo ideal de funcionário necessário à eficiência administrativa é o especialista, e este potencialmente almeja ascender aos cargos superiores. Essa ascensão é, segundo o sociólogo, uma característica da burocracia que possibilita o nivelamento dos funcionários, públicos ou privados, pela preparação e qualificação. E deste modo, a burocracia Weberiana apresenta-se como sistema essencialmente democrático, uma vez que qualquer funcionário pode exercer qualquer função dentro de uma instituição, tendo como única exigência a qualificação para exercer tal atribuição. Um fator relevante na posição de Weber sobre o trabalho burocrático é a impessoalidade na sua realização, e ao analisar os sistemas de ensino o autor, criticou a representação capitalista associada as formações para o mercado de trabalho dos alunos em todos os níveis escolaridade.

Já para o professor Vitor Paro, é necessário que a escola pública reconheça, que nos moldes atuais não só reflete práticas e técnicas empresariais, mas que ao reproduzi-las transferem as mesmas aos aprendizados dos alunos. O pesquisador, verifica que a escola pública tem ignorado um princípio básico do ensino: aprende-se muito mais pelo exemplo que por livros ou conteúdos didáticos pré-elaborados.

Ao vincular a seu cotidiano praticas empresárias e autoritarismos feudais, sem pesar o aspecto humano, a escola estaria implementando, em seu escopo, divisões onde mando e a submissão são confundidas com exclusão, estratificação e discriminação, e desta forma, provocando danos irreversíveis a uma sociedade já excludente. Precisa-se, portanto, de uma escola onde as decisões sejam coletivas, assim como, da compreensão que dentro da sala de aula o professor precisa dar voz aos alunos, e que fora desta, além do diretor e do coordenador outros atores precisam ser envolvidos, ouvidos e assumir responsabilidades.

De acordo Lück (2009), uma estrutura escolar é caracterizada como uma verdadeira comunidade de aprendizagem, em que o gestor escolar atua na mediação dos conflitos gerados pelo cotidiano escolar, e na integração de esforços que possam agregar qualidade a educação. A professora Heloisa Lück, tem pesquisado a gestão escolar e suas influencias no ensinoaprendizagem, em seus escritos ela tem dado singular atenção as relações interpessoais entre alunos, professores, funcionários, pais, gestores e coordenadores.

Apoiado por esses teóricos, pretende-se ventilar o modelo "exclusivo" de gestão praticadas na escola pública, mas agora acrescentando um novo elemento, a "invisibilidade" dos porteiros, serventes, vigias e zeladores. Por compreender, que mesmo estando presentes diariamente nas escolas, esses profissionais são vítimas do esquecimento social, devido principalmente a pouca relevância dadas a essas funções.

A pesquisa tende ao reconhecimento, "[...] que o funcionário, com atribuições funcionais, como limpeza, portaria, cozinha, vigilância etc. no exercício de sua função exerce também ações de caráter pedagógico" (ANGST, 2017, p. 12), e compreende que grupos de convivência exercem influências que são preponderantes para a construção e o comportamento das pessoas. Portanto, para atender as especificidades da escola, onde também se educa pelo contato com o diferente e pelos exemplos visíveis, tarda o reconhecimento destes como educadores, e seu preparo docente para atender os fins pedagógicos garantidos pela Área profissional 21 e pelo artigo 62-A da LDB.

"De fato, a própria mente do ser humano vai se constituindo e se povoando a partir de outros humanos" (CAPITÃO, HELOANI, 2007, p. 51). E uma vez que o ser humano é formado por aqueles que o cercam, dentre estes a família, a escola e os amiguinhos do bairro, nossas identidades resultam dessas influências, sendo compostas por pessoas, lugares e situações.

Na minha experiência como pessoa, aluno e por fim educador, testemunhei essas influências e posso afirmar que principalmente experiências negativas exercem força sobre nossas personalidades. Já que, quando temos que optar entre estudar e sobreviver, a sobrevivência sempre vai vencer.

Aos 6 anos de idade, em tempos rudes onde ter um trabalho e aprender uma profissão faziam mais sentido que aprender a ler e escrever, iniciei minha trajetória em uma escolinha de madeira e chão de barro batido, no bairro da Areia Branca em Mãe do rio/PA. Simultaneamente, fui inserido no trabalho em uma carvoaria, e dois anos mais tarde elevado a condição de vendedor ambulante na parada de ônibus da pequena vila Mãe do rio.

Na sexta série do ginásio ao abandonar a escola por questões financeiras, pela primeira vez notei um funcionário de escola intercedendo a meu favor, ele era o seu Geraldo, o porteiro da escola. Mais tarde, já no supletivo, devido a arranjos feitos por meus antigos professores e contando com ajuda do mesmo porteiro foi possível retornar ainda com 14 anos ao supletivo no turno da noite.

No mesmo ano deixei a venda ambulante e comecei a trabalhar diariamente em uma serraria da região. Era complicado estudar, devido ao cansaço pelo serviço pesado. O trabalho de movimentar madeira era fisicamente custoso, além do mais, o caminho para o trabalho era longo e cansativo, só nos fins de semana sobrava tempo para realizar as tarefas escolares. Nos dias de prova o seu Geraldo, e outros porteiros depois dele, me deixavam entrar mais cedo para estudar, o que me possibilitou avançar ao segundo grau, para abandona-lo mais tarde.

Em 2012, trabalhando como vigia/porteiro de escola, surgiu novamente a oportunidade de retornar à escola, assim como, a possibilidade de avançar ao nível superior. Em 2014

comecei no curso de Licenciatura em Pedagogia da UFPA. Posso confirmar que toda essa trajetória, inclusive minha experiência como discente na universidade e a convivência no trabalho meus colegas do corpo de apoio escolar, me mostraram que situações reais constroem pessoas reais moldando suas identidades e acomodando seus valores.

Compreendo que meus professores são os responsáveis pelas informações e conteúdo que fazem parte do meu aprendizado, mas também, que muito da minha personalidade tem relação com as relações que estabeleci ao longo dos anos com as pessoas que me cercam. E que o menino pobre, o aluno, o porteiro e o professor, devem muito ao empenho e as gentilezas de pessoas como o seu Geraldo.

Por mais que a escola pública, "inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana" (BRASIL/LDB, 2016, p. 8), seja ainda irreal e desconheça em sujeitos como o seu Geraldo a capacidade de formar cidadãos, e os exclua de seus processos educacionais, eles reforçam diariamente minha crença na educação e me fazem vê-la como o caminho para a superação do que tem de pior no ser humano, a capacidade de medir quão importante é uma pessoa pelo *status* social ou econômico que esta possui.

Este projeto de estudo pretende demonstrar que desde a servente da escolinha de madeira e chão de barro batido, até os inúmeros porteiros, merendeiras, zeladores etc. todos sem exceções, são importantes na trajetória educativa dos discentes e na formação de suas personalidades, sendo, portanto, reconhecidos educadores da escola pública brasileira.

Por fim podemos ressaltar que este estudo está assim estruturado:

No **capítulo I**, serão apresentados no contexto histórico e teórico, a construção das identidades e invisibilidades dos funcionários de apoio escolar desde a chegada dos Jesuítas ao litoral brasileiro. Faremos um estudo analítico-crítico sobre a situação dos profissionais funcionais de apoio técnico, confrontando a Gestão escolar com contribuições de Max Weber (1864-1920), Vitor Henrique Paro e Heloisa Lück, e discutiremos os procedimentos e metodologias utilizadas para entender o fenômeno da invisibilidade social desse corpo.

No **capítulo II**, faz-se, o entrelaçamento da teoria com a prática, buscando concatenar as complexidades desse tema as finitudes da construção do conhecimento analisando as falas dos sujeitos e confrontando-as com os aportes teóricos visando a apresentação dos resultados pretendidos pelo projeto de estudo.

No **capítulo III**, faremos as considerações sobre todos os aspectos apresentados e discutidos pelo texto, nele serão avaliados a problemática e as hipóteses sugeridas, e indicados caminhos que possam desatar os nós que apreendem a escola a um sistema de gestão que provoca divisões e exclusões entre seus funcionários.

No **capítulo IV**, serão apresentados os materiais bibliográficos, artigos, publicações online, revistas, documentos oficiais, livros etc. que deram sustentação teórica ao projeto.

Cabe esclarecer, contudo, que com as aproximações dialógicas entre os pressupostos teóricos e as questões analisadas na pesquisa, não se pretende em definitivo esgotar esse assunto, mas apontar outras perspectivas e provocar reflexões sobre o complexo campo da educação. Pois, pretensão deste trabalho de conclusão é que os resultados aqui alcançados suscitem o debate, provoquem a realização de novas pesquisas, assim como, a produção de textos nesse sentido. Ambiciona-se, somente colocar um pouco de luz sobre a obscuridade e o anonimato dos funcionários do corpo de apoio escolar e contribuir com pouca bibliografia a cerca desse sujeito invisível o porteiro de escola.

*"Nas publicações da época, refletia-se a "cegueira" geral diante do que ia acontecendo no chão da escola, onde, mais que o número de professores, crescia o número de funcionários".*

*(João Antonio Cabral de Monlevade, 2009, p. 345)*

## **1 CORPO DE APOIO ESCOLAR, UM LONGO HISTÓRICO DE INVISIBILIDADE, EXCLUSÃO E IRRELEVÂNCIA SOCIAL**

Além de autonomia em suas ações, é necessário que o porteiro escolar compreenda sua importância como educador, ele deve ter posturas firmes, mas equilibradas diante de situações adversas. Uma vez que, "desde a mediação de pequenos conflitos, por exemplo, até um aconselhamento ou orientação diante de situações e desafios do cotidiano" (CAVALCANTI, 2017, p. 7), acabam sendo sua responsabilidade, atribuir-lhe uma identidade educadora se torna um elemento importante neste processo.

Neste capítulo buscaremos compreender essa identidade: como foi construída? Quais as condições que levaram o porteiro, junto com todo corpo de apoio escolar a irrelevância e invisibilidade social? E também as ações que estiveram ou estão em curso, que visam recuperar nestes funcionários o sentimento de pertencimento ao privilegiado quadro de profissionais da educação, mesmo compreendendo a dificuldade de transpor a barreira já estabelecida pelo preconceito social e que esse é um passo longo e muito difícil de ser dado.

Neste capítulo, também serão debatidos os aspectos conceituais e metodológicos, visando demonstrar que ao suplantarmos autoritarismos, divisões e subalternidade por conceitos coletivos de gestão nas ações e planejamentos escolares e na efetivação do corpo técnico, "[...] mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos" (LÜCK, 1997, p. 4), a escola estará acrescentando qualidade a educação.

### **1.1 A HISTÓRIA DA INVISIBILIDADE FUNCIONAL**

A intencionalidade dos processos e a sistematização do conhecimento que circulam no espaço escolar não perdem sua importância, assim como, também a preparação do profissional educador mantém sua relevância, pois, "para ser educador é preciso observar o espaço em que atua e opinar, sugerir mudanças, fazer críticas construtivas e apontar soluções de melhoria da gestão" (CAVALCANTI, 2017, p. 6).

Dados apurados pelo prof. dr. Thiago Alves (UFG), a partir dos microdados do Censo Escolar 2013 e publicados em Documento técnico (DT) do Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre a formação inicial, em nível superior, e formação continuada dos profissionais da educação básica, dão conta que as escolas brasileiras possuem em seu efetivo 2.200, 041 funcionários do quadro de apoio escolar.

O mesmo documento, no entanto, explica que não se encontram dados disponíveis no Censo Educacional sobre as características dos não docentes da Educação Básica, tais como faixa etária, gênero, escolaridade e formação. "Este fenômeno reforça a tese de que estes profissionais ainda se encontram "invisíveis" no âmbito da efetividade das políticas públicas e, portanto, reforça também a importância deste trabalho" (BRASIL/CNE, 2015, p. 5).

Vieira (2009, p. 334), relata que "[...] embora os funcionários apareçam em documentos que revelam aspectos de sua identidade, em políticas definidas por/para governos, como é o caso da Unesco, a figura do funcionário não tem vida própria; está colada à imagem da escola e de seus serviços". Pois, mesmo entre os sindicatos faltam políticas que reforcem a identidade do não docente e "uma leitura parcial e provisória levaria à conclusão de que os funcionários da educação integram-se à paisagem escolar, onde sempre estiveram" (VIEIRA, 2009, p. 334).

Para a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), numa sociedade em que as mudanças são aceleradas, às informações muito mais rápidas e as relações intensificadas, "exige-se dar relevância aos aspectos éticos e morais, coletivos, comunicativos, culturais, comportamentais, tendo como princípio a tolerância e o respeito às decisões tomadas coletivamente, que compõem os elementos fundamentais para a educação" [...] (NASCIMENTO, 2009, 310).

Nestes novos tempos a invisibilidade do porteiro escolar tende a ser superada. E nesse sentido, os movimentos sindicais juntos a CNTE, pressionam os governos federais, estaduais e municipais e instituições como secretarias e ministérios pela valorização e formação dos profissionais não docentes. Pretendendo, assim, compensar um longo histórico de invisibilidade profissional que surgiu simultâneo a reforma pombalina em 1772.

Para o professor João Antonio Cabral de Monlevade, pouco se tem pesquisado acerca do pessoal que compunha o "corpo de educadores" do período das aulas régias (1772-1834). Segundo ele, isso se deve "A visão reducionista dos estudiosos da educação escolar, que só conseguem perceber em cena, nas escolas, professores e alunos, torna os demais "invisíveis". A realidade, entretanto, é que **sempre** estiveram presentes nas escolas outros trabalhadores" (MONLEVADE, 2009, p. 341 grifo do autor).

De acordo com Monlevade (2009), o próprio Anísio Teixeira, engajado defensor da causa não docente, "[...]tanto em seu primeiro livro, *A educação para a Democracia*, quanto em sua obra prima, *Educação Não é Privilégio*, tem como foco de investimento a formação e a prática do professor" (TEIXEIRA apud MONLEVADE, 2009, 345). Segundo Beltrão (2014), a organização escolar no Brasil, começa com a chegada do primeiro governador-geral do Brasil em 1549. Que traz consigo seis padres Jesuítas pretendendo evangelizar Índios e Colonos.

O padre Manuel da Nóbrega, líder dos jesuítas, preparou um plano educacional que além de ensinar a Língua portuguesa e a Doutrina cristã. "Implantou a escola de ler e escrever e em algumas localidades o canto orfeônico<sup>2</sup> e a música instrumental; também fazia parte desse plano educacional o aprendizado profissional e agrícola" (BELTRÃO, 2014, p. 8). Simultâneo as escolas de ler e escrever, surgem também os "Decuriões", "[...] que eram alunos escolhidos pelo seu bom desempenho escolar e pelo mérito pessoal" (BELTRÃO, 2014, p. 9).

Esses alunos deveriam providenciar para que toda a atividade educacional ocorresse adequadamente, além de ter responsabilidades quanto a passagem e correções das lições, o controle da disciplina, a seriedade e frequência nas aulas, além de ficarem responsáveis pela limpeza, pelo mobiliário e zelar pelo horário de início das aulas, portanto, "podemos afirmar que os decuriões foram os primeiros funcionários de escola, uma vez que realizavam atividades não docentes" (BELTRÃO, 2014, p. 9).

Já estabelecidos, os Jesuítas começaram a fundar no país colégios mais estruturados e em regime de internato para os filhos das elites oligárquicas da época, "[...] uma vez que os religiosos passaram a ser responsáveis não somente pelo ensino, mas por toda a vida dos alunos: saúde, alimentação, lazer, religião, desenvolvimento corporal e psicológico" (BELTRÃO, 2014, p. 10), surge a necessidade de um novo tipo de funcionário nas escolas.

Além dos professores, agora haviam também os "Coadjuutores" "[...] que trabalhavam como enfermeiros, nas cozinhas, como sacristãos, cuidavam das hortas, das bibliotecas, construção civil e em outras ocupações mais ou menos relacionadas ao processo de ensino" (BELTRÃO, 2014, p. 10). Esses funcionários não cuidavam só da materialidade dos espaços, estavam aptos a exercer também algumas ações educativas, segundo Monlevade (2009), atuavam como bibliotecários, inspetores, escriturários das avaliações escolares, e até mesmo,

---

<sup>2</sup> Canto Orfeônico é uma espécie de canto coletivo praticado por estudantes, surgido na Grécia antiga e popularizado no século XVI na França. Seu nome é uma referência ao deus grego Orfeu, que se distinguia dos demais deuses da mitologia grega pelo fato de saber cantar.

Disponível em < <http://eomundoseguiuadiante.blogspot.com.br/> > acesso em 30/07/2018

repetidores de lições e mestres das primeiras letras (que deveria ensinar o letramento), fundamentos da aritmética, conhecimentos morais físicos e econômicos.

Não se pense que, por não cursarem filosofia e teologia, os coadjutores carecessem de formação humanística e científica. Um dos primeiros coadjutores, Luís da Grã, foi o arquiteto de colégios e igrejas que desafiaram o desgaste dos séculos. As plantas de seus prédios constituíram-se em protótipos de dezenas de edifícios na era colonial. Outra função comumente exercida pelos coadjutores era a de “línguas”, ou intérpretes. Por não estarem sobrecarregados com aulas, missas e pregações, por não exercerem o poder repressivo e por administrarem os trabalhos materiais, os coadjutores eram mais eficazes na aprendizagem do linguajar dos indígenas, dos quais granjeavam a simpatia com mais facilidade (MONLEVADE, 2009, p. 340).

Em 1759 o Marques de pombal expulsou do Brasil os jesuítas, ruindo com o sistema educacional que comportava até então a "complementaridade entre o trabalho docente propriamente dito e o trabalho educativo mais amplo, sustentado pelos coadjutores" (MONLEVADE, 2009, p. 340).

"De 1772 em diante, criaram-se as aulas régias, por iniciativa do Marquês de Pombal. Eram classes de primeiras letras ou de disciplinas mais avançadas que funcionavam em salas de prédios públicos, em sacristias de igrejas ou nas casas dos próprios professores" (MONLEVADE, 2009, p. 341). A partir de então, "[...] qualquer cidadão que tivesse o domínio ainda que elementar da gramática e da matemática poderia se apresentar à autoridade da província para ensinar" (BELTRÃO, 2014, p. 13), recebendo o nome de "Professor".

Nesse modelo educacional a figura do funcionário não docente praticamente se extinguiu, nos espaços antes ocupados pelos coadjutores estavam agora escravos domésticos ou da igreja, "não mais com funções "afins" ao pedagógico, mas de caráter de mero apoio material" (MONLEVADE, 2009, p. 141). Competia a eles as responsabilidades pelo zelo e a organização de todo o material didático:

Quem limpava a sala depois das aulas? Quem mantinha a provisão de água de beber e de lavar as mãos de mestres e discípulos? Quem “rondava” a sala para impedir a entrada de estranhos e controlar a saída dos estudantes? Quem executava os “mandados” externos dos professores? A resposta, muda e invisível, mas que contribuía eficazmente para a manutenção do *status quo* no espaço escolar e no tempo social era: os escravos e escravas [...] (MONLEVADE, 2009, p. 141)

Não se pode deixar de notar e admirar nos colégios Jesuítas a presença de outros educadores, além dos padres professores, "tão religiosos e consagrados à educação escolar como os docentes. Havia uma identidade do coadjutor, colada à identidade do jesuíta educador, mesmo que ele fosse vaqueiro, horticultor ou piloto de navio" (MONLEVADE, 2009, p. 141).

Já nas aulas régias, diferente das associações feitas por quem tivesse convivido com os colégios jesuíticos a associação mental que se tinha dos que trabalhavam nas escolas era com os escravos.

Sua identidade se fundia à dos negros, marginalizados da cultura nacional. A invisibilidade era reforçada pelo “não-valor”: por mais importante o seu papel na transmissão de valores, na educação da sociedade, na legitimação e reprodução do modo de produção escravista, era-lhe negado essa função, hoje tão evidente (MONLEVADE, 2009, p, 342).

É nesse ponto que se faz a drástica transição do papel do funcionário educador e se transforma sua identidade. Monlevade identifica essa mudança, e traz à tona a associação feita até os dias atuais do funcionário de apoio escolar, como "ignorante" e "sem instrução" ao qual restam os serviços depreciáveis da educação e a associação com o desvalio dado aos escravos.

Beltrão (2014), explica que só em 1822 com a Independência do Brasil; a promulgação da constituição de 1824; a aprovação da primeira lei sobre a educação pública nacional do Brasil em 15 de outubro de 1827 e a retomada no Brasil da criação de novas escolas, surge novamente a necessidade de utilizar os servidores de apoio escolar. Contudo, Monlevade (2009), esclarece que mesmo com o fim da ordem escravocrata e o fim dos "escravos escolares"; a chegada dos imigrantes e o conseqüente assalariamento e a Proclamação da República. O caráter menor dos funcionários de escolas sobreviveu as mudanças do século XX e se mantendo quase inabalável o início do século XXI.

Logo após o fim da segunda grande guerra, entre os anos de 1946 vai haver um crescimento na demanda destes funcionários que vai se estender até 1986, e se deve a três fatores específicos: "urbanização, aceleração do fluxo escolar e produção dos recursos humanos, materiais e financeiros na área da educação" (MONLEVADE, 2009, p. 343), aumentando exponencialmente o número de matrículas na educação básica.

Neste período as matrículas sobem de 8 para 35 milhões; a cobertura entre 4 e 17 anos sobe 40 %, e o estado passa a contratar um grande número, principalmente de serventes e merendeiras. "[...] estima-se que o número de funcionários tenha evoluído nesse período de cem mil para oitocentos mil, concorrendo as áreas de alimentação e limpeza com a criação de 80% dos novos postos de trabalho" (MONLEVADE, 2009, p. 343). Esses novos postos de trabalho, segundo Monlevade (2009), abriram espaço para a generalização clientelística e os baixos salários e, assim, governadores, prefeitos e parlamentares cultivaram verdadeiros currais de emprego desqualificado nas escolas.

"Foi assim restabelecido um *continuum* histórico entre o trabalho escravo e os “serviços de apoio” na educação, que tinha sido até certo ponto interrompido pela imposição de alguma

meritocracia entre 1889 e 1945" (MONLEVADE, 2009, p.344). E conseqüentemente, deu-se a divisão do trabalho dentro da instituição escolar, criaram-se hierarquias entre os não docentes, colocando no topo da pirâmide os especialistas em educação no meio da pirâmide os funcionários das secretarias e bibliotecas escolares e na base, o pessoal da alimentação escolar, da limpeza e da vigilância, estes últimos, "as vítimas do clientelismo e da desvalorização consentida" (MONLEVADE, 2009, p. 345). Somente no final do século XX, esta situação é percebida, porém, por motivos financeiros.

## 1.2 LEGISLAÇÃO, LUTAS E RESISTÊNCIAS.

Diante da desvalorização do salário mínimo frente a inflação e visando manter o poder de compra de seus vencimentos, "os funcionários de escola, vítimas de maior opressão, começaram a se "abrigar" em associações de professores (MONLEVADE, 2009, p. 346) " ou mesmo fundar suas próprias organizações sindicais, como: Sindicato dos funcionários e servidores da Educação (Afuse) em São Paulo e o Sindicato dos trabalhadores em escolas públicas (SAE) no Paraná e em Brasília e lutar para se afirmarem como profissionais educadores.

Nascido destes anseios e iniciado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SINTEP/MT), o projeto "Arara azul", é ser considerado o precursor de todas as lutas e conquistas dos não docentes. Transformado em projeto de lei, e sancionado pelo prefeito de Cuiabá em 1993, ele deu início ao primeiro curso de formação técnica de profissionais não docentes, e tinha a intenção de imprimir no município uma marca de educação de qualidade.

Para Andrade e Santos (2009), ao assumir o Arara azul, e implementar políticas de profissionalização e valorização do profissional de apoio escolar, e instituir nas escolas públicas estaduais os quatro cursos técnicos Técnico em Administração Escolar, Técnico em Multimeios Didáticos, Técnico em Alimentação Escolar e Técnico em Manutenção de Infraestrutura. Escolar o estado de Mato grosso dá o primeiro passo para o reconhecimento oficial do caráter de profissionais da educação.

O projeto Arara Azul, iniciado em Cuiabá, serviu de inspiração para criação do Programa do Governo Federal denominado *Profucionário*<sup>3</sup>, abriu as bandeiras e lutas que se seguiram culminando com a inclusão do artigo 62-A na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e mais recentemente na Resolução nº 2, de 13 de maio de 2016 que definiu *as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior para Funcionários da*

---

<sup>3</sup> Programa Indutor de Formação Profissional em Serviço dos Funcionários da Educação Básica Pública, em habilitação compatível com sua atividade educativa, na modalidade EAD. (Fonte: portal.mec.gov.br)

*Educação Básica*, homologada pelo Ministério da educação com o auxílio do Conselho nacional de educação e da Câmara de educação superior.

Cleide (2009), explica que essas leis tonificam a formação e especialização para não docentes e admitem a cátedra educativa a esses trabalhadores e "são fundamentais para garantir a qualidade da educação e, em alguns casos, a própria educação!" (CLEIDE, 2009, 316). Segundo a autora, é nesse sentido que têm se dado as lutas por direitos nos últimos anos, o que contribuiu para "o movimento pró-identidade desses profissionais e, em decorrência, contribuiu com o fortalecimento de suas lutas e bandeiras históricas" (DOURADO, 2009, p. 310).

Um diagnóstico técnico (DT), produzido pelo CNE, em parceria com a UNESCO, traçou um panorama das necessidades e expectativas dos funcionários em relação ao seu processo formativo visando identificar as principais iniciativas em curso no Brasil. O principal objetivo deste relatório foi o desenvolvimento de estudos sobre as políticas de formação e valorização do profissional da educação básica.

O DT fez um estudo no âmbito dos cursos técnicos e superiores sob os marcos legais vigentes, incluindo o PNE, Lei 13.005/2014, com vistas a subsidiar a proposição de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), para a formação desses profissionais em nível superior. E buscou pesquisadores com produções nesse sentido, entre estes o professor Roberto Leão, professor João Antonio Cabral de Monlevade e a ex senadora Fatima Cleide.

O documento relata que, até o dia 6 de agosto de 2009, de direito, eram profissionais da educação apenas os que tinham curso de magistério (professor, diretor de escola, supervisores, orientadores etc.).

A partir daquele dia, com a sanção pelo presidente Lula da Lei nº 12.014, de 2009 (cuja origem foi a proposta da senadora Fátima Cleide [PT/RO], funcionária de escola e ex-dirigente da CNTE), todos os que atuam na escola, e não apenas os professores, podem ser considerados profissionais de educação, desde que habilitados de acordo com a 21ª Área Profissional (Área Profissional de Serviços de Apoio Escolar criada através da Resolução 5/2005 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação). (LEÃO, 2009, p. 313) “.

Essa resolução inclui nos cursos técnicos de nível médio a oferta de cursos na área de serviço de apoio escolar em consonância com o parecer CNE/CEB nº 16/2005 que homologou área Profissional nº 21, "Serviços de Apoio Escolar". "Esta área compreende atividades em nível técnico, de planejamento, execução, controle e avaliação de funções de apoio pedagógico e administrativo nas escolas públicas e privadas de Educação Básica e Superior, nas respectivas modalidades" (BRASIL/CNE/CEB, 2005, p. 3). E se fundamentou na crença de que a ação

educativa que a escola desenvolve não se restringe somente ao trabalho do professor, mas abrange todas as demais relações sociais que se estabelecem em seu interior.

Segundo o parecer CNE/CEB nº 16/2005, os serviços de apoio escolar realizados na secretaria escolar, manutenção de infraestrutura, cantinas, recreios, laboratórios, oficinas, instalações esportivas, jardins, hortas e outros ambientes requeridos pelas diversas modalidades de ensino, "tradicionalmente são funções educativas que se desenvolvem complementarmente a ação docente" (BRASIL/CNE/CEB, 2005, p. 3). O reconhecimento dos funcionários técnicos administrativos pelos sindicatos e conseqüentemente a inserção de suas bandeiras e reivindicações, tornaram possíveis essas conquistas, o que:

“[...] contribuiu para o fortalecimento do movimento em torno do reconhecimento da importância desta profissão, bem como do empreendimento de ações políticas que viabilizassem a ascensão destes trabalhadores à categoria de “profissionais da educação”, o que só poderia ser efetivado por meio de uma política que viabilizasse o seu processo formativo, de modo a atender à exigência da Lei nº 12.014 de 06 de agosto de 2009 (BRASIL/CNE, 2015, p. 3).

Esta lei dividiu em categorias os trabalhadores da educação básica pública: na Categoria I, ficaram os professores; na Categoria II os pedagogos e na Categoria III, os técnicos-administrativos, desde que estes estivessem habilitados em cursos ligados a educação em nível médio ou superior.

Em 04 de abril de 2013, atendendo a inúmeras solicitações dos movimentos sindicais, foi homologada pela presidente Dilma Rousseff, a Lei 12.796, que alterou a LDB, e introduziu o artigo 62-A, ficando então estabelecido que:

A formação dos profissionais a que se refere o inciso III do art. 61 far-se-á por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas.

*Parágrafo único.* Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o *caput*, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação (BRASIL, 2017, p. 43).

Este artigo legitima a formação dos profissionais de educação, contudo, Monlevade (2009, p. 350) alerta que "a sociedade ainda não assimilou que os funcionários são educadores profissionais – e não meros ajudantes dos professores ou apoios das escolas". Para o autor, mesmo dentro das escolas ainda não existe reconhecimento de suas funções como educador e reitera que,

Embora admitidos como membros dos conselhos escolares, por conquista dos sindicatos de 1988 para cá, seu papel como gestores ainda é muito frágil. Sua influência nas decisões das propostas pedagógicas se faz à revelia. Nas escolas privadas, ainda que muitas vezes tenham um reconhecimento social pelos alunos e famílias, são quase sempre desvalorizados nas relações de trabalho. Na questão do itinerário formativo, é bem verdade que a maioria já concluiu – em anos recentes - o ensino fundamental; mas, quando pretendem avançar em estudos superiores, ainda não contam com cursos tecnológicos ou graduações plenas que se articulem com suas habilitações em nível médio e suas funções técnicas nas escolas e nos órgãos dos sistemas de ensino (MONLEVADE, 2009, p. 350) “.

Para Monlevade, a luta maior por mudanças é cotidiana e deve ser realizada também na cabeça dos próprios funcionários não docentes, pois séculos de irrelevância precisam ser desconstruídos para a construção de uma história mais condizente com o momento atual das escolas e com o futuro do corpo de apoio escolar na construção de suas identidades.

Do mesmo modo, o CNE salienta que mesmo a expressão “profissionais da educação” nos documentos oficiais utilizada “[...] no sentido de incluir os funcionários não docentes da escola no conjunto dos trabalhadores da educação [...] (BRASIL/CNE, 2015, p. 46) “, na maior parte dos documentos se refere especificamente aos profissionais do magistério, aos professores, se verificarmos o contexto em que aparece nos textos.

O CNE ao analisar o Plano nacional de educação, conclui que quando se relaciona aos demais servidores, além dos docentes, o termo geralmente traz um complemento (não docentes, funcionários de apoio, apoio administrativo, etc.), sendo possível perceber que “[...] os funcionários são citados em apenas seis ocasiões, sendo que em três delas incluem-se também a educação superior e uma refere-se aos técnicos das secretarias de educação (*Ibidem*) “, geralmente acenando a importância destes no interior das escolas.

Por outro lado, segundo o DT, quando o PNE traz no texto da estratégia 7.5,

Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar (GOMES, BRITO, 2015, p. 246);

Ele prevê, “[...] que a melhoria da qualidade da educação também depende da melhoria do perfil de formação do quadro de *profissionais de serviços e apoio escolares*. Esta estratégia deixa bem claro que deverá haver políticas específicas que viabilizem esta formação (BRASIL/CNE, 2015, p. 47, grifo do autor) “.

A estratégia 7. 22, também defende a manutenção dos cursos formação dos profissionais das secretarias; as metas 4 e 5 referem-se à formação dos funcionários e a 18 menciona a valorização dos mesmos. Essa necessidade educativa é tão óbvia quanto irreversível, uma vez que, "diferentes momentos, atores e linguagens interagem na formação do educando, o que nos leva a consolidar uma visão ampla dos profissionais da educação e dos desafios político-pedagógicos que permeiam seu pensar e agir cotidianos" (DOURADO 2009, p. 310).

E o compromisso democrático da comunidade escolar não pode negar ao corpo de apoio, a visibilidade. Muito menos uma formação condizente com tal responsabilidade educativa, de tal modo, que precisa garantir que seus funcionários compreendam a combinação da democracia com as finalidades educativas e cidadãs da escola. Desta forma, nutrir um ambiente livre de tensões, integrado e coletivo, mesmo não sendo fácil substituir séculos de invisibilidade, irrelevância social e profissional, por reconhecimento e valorização passa a ser responsabilidade de todos.

### 1.3 O PODER NIVELADO PELA ESPECIALIZAÇÃO, AS ASPIRAÇÕES DEMOCRÁTICAS DA BUROCRACIA

A escola do século XXI, carece de um efetivo qualificado que compreenda e solucione os problemas complexos que a envolvem, além disso, precisa que aqueles compreendam-se como educadores capazes de decidir e apresentar soluções. "A complexidade da sociedade nos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais faz com que a escola pública adquira um novo contorno. Aquela escola centrada na relação ensino-aprendizagem torna-se insuficiente para a educação do presente" (NASCIMENTO 2009, p. 378).

Para Weber, "administrar um cargo, e administrá-lo de forma especializada, implica, geralmente, uma preparação cabal e experta" (WEBER, 1991, p. 11). Sendo necessário que toda administração siga princípios hierárquicos como a distribuição do funcionalismo por cargos. O autor, compreende a experiência e a especialização em cursos e provas como atributo natural desta competência. Dado que para ele, "a ocupação de um cargo é uma "profissão". Isto é óbvio, primeiro, na exigência de um curso de preparação estritamente fixado, o qual reclama a plena capacidade de trabalho durante um longo período, e nas provas específicas que são um requisito prévio para o emprego" (WEBER, 1991, p. 13).

Weber (1991), no entanto, esclarece que a situação estamental, ou seja, a separação do grupo de funcionários pelo status privilegiado, adquirido com a qualificação e ascensão provoca rupturas e divisões entre estes, provocando uma relação de mando e submissão entre os funcionários. E adverte, "a influência dos certificados de formação [...] a cuja posse costuma

estar vinculada a qualificação para exercer um cargo, aumenta, como é natural a importância do elemento "estamental" na posição social dos funcionários" (WEBER, 2004, p. 201).

Weber (2004), compreende a burocracia como a estrutura onde os funcionários superiores controlam os inferiores, sendo a subalternidade dos cargos públicos um processo natural. Desde que essa liderança seja racionalmente legitimada pela especialização ao cargo, segundo ele, "geralmente, a posse de certificados de estudos está vinculada à qualificação para a qualificação; e estes certificados, naturalmente, fazem ressaltar o "elemento de status" dentro da qualificação social do funcionário" (WEBER, 1991, p. 15). Contudo, desde que o status não esteja atrelado a relações autoritárias que o sociólogo entende como lesivas a administração, essa é uma prática legitimamente burocrática.

Para Weber, a administração burocrática é natural as instituições, sejam estas públicas ou privadas, assim como a superioridade hierárquica, sendo, portanto, a especialização e ascensão a cargos maiores também característicos de uma instituição burocrática. Pois, a burocracia hierárquica define um contrato de interesses em que ambos, dominador e dominado obtém vantagens. Visto que, "[...] em toda relação de dever autoritária, certo mínimo de interesse em obedecer, por parte do submetido, continua sendo, na prática, a força motriz normal e indispensável da obediência" (WEBER, 2004, p. 190).

E, portanto, essa é uma dominação validada por interesses em comum e regida por regulamentos que a tornam possível, no entanto, se essa for corrompida por clientelismos e obediência política torna-se ineficiente. Todavia, "a dominação nos interessa aqui, em primeiro lugar, sob o aspecto de sua vinculação administrativa" (WEBER, 2004, p. 193). Conforme o sociólogo, toda administração necessita de alguma forma de dominação e vice-versa, porque para administrar é imprescindível que alguns poderes de mando estejam alocados a alguém. Contudo, o poder de mando em alguns casos tem uma aparência modesta, "[...] sendo o dominador considerado o servidor dos dominados e sentindo-se também como tal" (WEBER, 2004, p. 193). Embora, segundo o autor, estas singularidades sejam mais comuns a administrações diretamente democrática.

Chama-se democrática por duas razões que não coincidem necessariamente, a saber: 1) porque se baseia no **pressuposto da qualificação igual**, em princípio, de todos para a direção dos assuntos comuns, e 2) porque minimiza o poder de mando. As funções administrativas são simplesmente assumidas num sistema de turnos ou conferidas mediante sorteio ou eleição direta, para curtos períodos de exercício, sendo reservadas aos membros da associação todas as decisões materiais, ou pelo menos as mais importantes, e deixadas com os funcionários somente a preparação e a execução das decisões e a chamada administração dos assuntos correntes, de acordo com as disposições da assembleia de membros (WEBER, 2004, p. 193).

Weber, no entanto, esclarece que por mais modesta que seja a extensão da competência administrativa, sempre há de se conferir certos poderes de mando a algum funcionário, e deste modo, sua situação diferencia-se das de outros funcionários, passando assim, de uma simples situação de servidor a uma situação dominante dentro da instituição. E deste modo, a administração diretamente democrática torna-se instável, em razão de o funcionário eleito deixar de ser uma figura tipicamente burocrática em todas as instancias. Já que, a dominação hierárquica se modifica, para ele.

E, é "precisamente contra o desenvolvimento de tal posição [que] dirigem-se as limitações democráticas de sua nomeação" (WEBER, 2004, p. 193). De acordo com o autor, o tipo puro de funcionário burocrático é nomeado por uma autoridade superior, é qualificado em cursos e exames e detém estabilidade no cargo. O sociólogo, reconhece que quando eleito o funcionário exerce certa autonomia diante de funcionários superiores, mas acaba favorecendo aqueles que o elegeram e prejudicando a eficiência administrativa da instituição burocrática.

"Já o funcionário não eleito, mas nomeado por um senhor, costuma funcionar do ponto de vista puramente técnico, com maior exatidão, porque, sendo iguais as demais circunstâncias, é mais provável que qualidades e aspectos puramente técnicos determinem sua carreira" (WEBER, 2004, p. 202). Porém, se essa nomeação for clientelística, torna-se também danosa a administração burocrática.

O "Clientelismo político" na indicação do funcionário público é, segundo Weber, uma cultura que se encontra disseminada desde as formações políticas mais antigas. O chefe sempre buscou dominar a administração entregando-a a pessoas que estão pessoalmente ligados a ele, como "[...] escravos, servos, protegidos e favoritos ou a pessoas a quem ele assegurava vantagens em dinheiro ou em espécie (WEBER, 2011, p. 73) ". Para o autor, as trocas de favores desvirtuam o sentido particular da burocracia e está diretamente ligado a vaidades pessoais e vícios do poder e causam danos a eficiência das instituições.

"Quando não somente outorgam-se direitos econômicos, mas também privilégios senhoriais para a sua realização pessoal, com a estipulação de serviços pessoais ao soberano, nos afastamos ainda mais da burocracia assalariada" (WEBER, 1991, p. 54), e nos aproximamos de administrações mais primitivas como as feudais. O autor, destaca que uma situação análoga a apresentada pelo funcionário contratualmente empregado sobre esses critérios, somente é possível quando comparados o clientelismo político as administrações que se utilizavam de escravos, ou empregados tratados como escravos.

As variações destes privilégios podem assumir no funcionário político a qualidade de domínio ou de autoridade oficial, e "em ambos os casos, e por certo no segundo, a qualidade específica da organização burocrática pode ser totalmente destruída e passamos ao terreno organizacional do domínio feudal" (WEBER, 1991, p. 54). "A súbita derrocada de certos representantes típicos dessa atitude permitiu que fossem testemunhas da fraqueza e da impotência que se dissimulam por detrás de certos gestos cheios de arrogância, mas inteiramente inúteis"(WEBER,1991, p. 135-136). Uma vez que, a administração burocrática articula experiências e formação dos funcionários em prol da eficiência de seus serviços.

A "Administração burocrática significa: dominação em virtude de conhecimento; este é seu caráter fundamental especificamente racional" (WEBER, 2004, p. 190). E a administração tem necessidade de todos os funcionários para sua eficiência, encontrando na burocracia a possibilidade de nivelamento dos funcionários pela especialização e ascensão hierárquica.

Mesmo entendendo ambas, burocracia e democracia como possibilidades de varrer os privilégios feudais, patrimoniais e plutocráticos da administração. Weber, nos lembra que mesmos o senhores feudais e ditadores fizeram e fazem uso do instrumento democrático quando lhes é conveniente. A democracia, pode "[...] colocar-se a disposição de interesses os mais diversos, tanto puramente políticos ou econômicos quanto outros quaisquer. Por isso, o grau em que ocorre paralelamente à democratização, por mais típico que seja este fenômeno não deve ser exagerado" (WEBER, 2004, p. 224). Uma vez que nem sempre o "*Demos*" em democracia quer dizer que o povo exerce qualquer influência sobre as decisões do Governo.

#### 1.4 A GESTÃO PASSIVA FRENTE A INVISIBILIDADE PROFISSIONAL, UMA ESCOLA INDIFERENTE

De acordo com o pesquisador Vitor Paro, ao dotar o diretor de escola de toda a autoridade para mandar e desmandar, enquanto, nega-lhe as condições financeiras, estruturais e matérias, o Estado, o impede de alcançar os objetivos educacionais da escola. Em vista disso "[...] o diretor de hoje, por mais bem-intencionado que seja, é levado a concentrar em suas mãos todas as decisões, acabando por mostrar-se autoritário e ser visto por todos como defensor apenas da burocracia e do Estado" (PARO, 2008, p. 111).

Paro, explica que a Administração escolar tem especificidades que a diferenciam da empresarial e, portanto, se administrar é o modo como utiliza-se racionalmente os recursos para a realização de fins determinados, "[...] administrar a escola exige a permanente impregnação de seus fins pedagógicos na forma de alcança-los" (PARO, 2008, p. 111). Segundo o autor, reflexos dessa pratica se observa na incoerência de se ensinar conteúdos que visem a um

comportamento democrático, por meio de relações autoritárias, uma vez que, esses conduziram fatalmente o aluno a um ciclo que repetições e reproduções que acabam perpetuando as situações vivenciadas dentro e fora das salas de aula. Principalmente se pensamos esse discente como um provável funcionário da educação pública.

Para o pesquisador, não há dúvidas sobre o potencial contributivo da escola para a transformação social.

Mas uma coisa é falar de suas potencialidades... uma coisa é falar “em tese”, falar daquilo que a escola poderia ser. Uma coisa é expressar a crença de que, na medida em que consiga, na forma e no conteúdo, levar as camadas trabalhadoras a se apropriarem de um saber historicamente acumulado e desenvolver a consciência crítica, a escola pode concorrer para a transformação social; outra coisa bem diferente é considerar que essa escola que aí está já esteja cumprindo essa função (*Idem*, p. 10).

A cultura reprodutora, excludente e opressora que se encontra no seio das escolas públicas brasileiras, tornam-nas meras reprodutoras de ideologias e injustiças sociais, “[...] na medida em que recoloca as pessoas nos lugares reservados pelas relações que se dão no âmbito da estrutura econômica” (PARO, 2008, p.10). O que tem reflexo nas relações em seu interior, estando a ela uma gestão autoritária, que concentra o poder nas mãos do gerente (diretor).

E conseqüentemente, para o autor, a mesma lei da selva onde o mais forte devora o mais fraco que impera na sociedade capitalista, está reproduzida nas relações internas da escola. “É, portanto, de particular importância atentar para a organização de todo o trabalho na escola, a distribuição da autoridade e do poder, bem como para os padrões de relacionamento interpessoal” (PARO, 2001, p. 28-29).

“Não se deve esquecer que o autoritarismo assume variadas formas” (PARO, 2008, p.13). E influencia na construção da identidade, no aprendizado e no comportamento de quem o exerce, ou de quem sofre suas pressões, e assim,

Na medida em que, em educação, não se pode separar método de conteúdo, os padrões mais avançados de relacionamento e convivência entre os indivíduos passam a fazer parte integrante do conteúdo educacional que se realiza em um ambiente escolar mais democrático, mais dialógico, portanto, de melhor convivência humana (PARO, 1996, p. 126).

Em vista disso, a educação como parte da vida é segundo Paro (1996), principalmente aprender a viver. E “[...] se faz, assim, também, com a assimilação de valores, gostos e preferências, a incorporação de comportamentos, hábitos e posturas, o desenvolvimento de habilidades e aptidões e a adoção de crenças, convicções e expectativas” (PARO, 2001, p. 38).

E tudo isso não se dá só com a assimilação de conteúdos e informações, mas advém principalmente como parte das vivências com outras pessoas transformando-as, pois ninguém vive sozinho. É preciso, portanto, "[...] pensar o viver de forma social, em companhia e em relação com pessoas, grupos e instituições" (PARO, 2001, p. 38). Contudo, Paro, compreende que a superação das indiferenças é possível, desde que se implementem nas escolas políticas de mediação do entendimento em favor de valores mais elevados.

Para isso, no entanto, é preciso "[...] por a formação para a democracia sob exame, para que se possa refletir seriamente a respeito das potencialidades da escola nesse sentido" (PARO, 2001, p. 39). E isso, para o autor, exige investigar a anatomia das práticas pedagógicas e das demais relações sociais que acontecem no dia-a-dia da escola de modo a compreender seus problemas, considerar suas virtudes e avaliar suas potencialidades.

O professor Vitor Henrique Paro, vem evidenciando que ao manter práticas tradicionalmente supressivas, a escola está inconscientemente conduzindo seu público a uma sociedade que nega sua cidadania. Sem dota-los das ferramentas que possibilitariam resistir a estes círculos eliminadores, e perpetuando rotinas de alienação, dominação econômica, escalonamento social, ambientes em que reinam preconceitos e injustiças sociais.

A escola democrática, inclusiva e participativa é apresentada por ele como uma possibilidade, no entanto, para tornar-se real, as distancias entre os demais atores da comunidade escolar e o gestor precisam diminuir. Permitindo o entendimento e a distribuição de poderes e responsabilidades, em nome de valores básicos, como educação de qualidade, formação para a cidadania e os princípios democráticos. Paro, todavia, alerta que a escola tradicional que aí está, resiste, e esses valores são eliminados por relações de poder estatuídas por autoritarismos e clientelismos.

A morosidade burocrática, ou seja, a burocracia ruim, encontra-se entranhada na cultura organizacional das escolas, e reprime a vontade de mudança. E assim, agarrada aos modelos gerencias e organizacionais da administração capitalista disfuncional, ela tem apresentado deficiências nos meios, falseando seus fins e contrariando seu escopo educativo.

## 1.5 A REDEMOCRATIZAÇÃO DO PODER, O TRABALHO COLETIVO IMPLICANDO QUALIDADE A EDUCAÇÃO

Luck (1997), comenta que a crescente complexidade do trabalho pedagógico levou à instituição de funções diferenciadas no sistema de ensino e na escola, que as atribuiu a profissionais distintos.

No entanto, nem sempre os membros da organização educacional estiveram preparados para essas formas mais complexas de ação e passaram a simplificá-las e estereotipá-las, burocratizando-as e estabelecendo, desnecessariamente hierarquias e segmentações inadequadas. Assim, o que poderia ter correspondido a um avanço na educação, promoveu um dispêndio de recursos e de energia, sem resultados positivos e operacionais paralelos (LÜCK, 1997, p. 5).

O que a autora descreve como adequada a uma educação de qualidade é uma gestão escolar que, necessariamente, caracterize-se pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida de todos seus atores nas decisões, sobre a orientação e o planejamento de seu trabalho. Pois o trabalho escolar é "uma ação de caráter coletivo, realizado a partir da participação conjunta e integrada dos membros de todos os segmentos da comunidade escolar" (LÜCK, 2012, p. 1). E, uma vez "[...] que vigora na escola o entendimento de que ela é uma criação pronta e acabada de um sistema maior, que determina seu funcionamento e sobre o qual seus membros não têm nenhum poder de influência, ou muito pouco [...]" (LÜCK, 1997, p. 4), esses mesmos membros passam a considerá-la da mesma forma, não assumindo quaisquer responsabilidades sobre seus trabalhos, prejudicando diretamente a qualidade do ensino.

E "esse entendimento está associado à fragmentação do trabalho geral da escola em papéis, funções e tarefas e respectiva distribuição de atribuições" (LÜCK, 1997, p. 4). A educação como um processo longo e contínuo é, "o lugar comum". E por isso "é necessário prestar atenção a cada evento, circunstância e ato, como parte de um conjunto de eventos, circunstâncias e atos que devem ser orientados para resultados a curto, médio e longo prazo (LÜCK, 2009, p. 5) ". Já que, acessoriamente em educação, as menores ações produzem consequências que vão além do imediatismo.

A modalidade de gestão democrática e participativa de Heloisa Lück, se assenta na compreensão que o alcance dos objetivos educacionais, depende do direcionamento e de empregos adequados da energia demandada pelas "[...] relações interpessoais que ocorrem no contexto da organização escolar, em torno de objetivos educacionais, entendidos e assumidos por seus membros, com empenho coletivo em torno da sua realização" (LÜCK 2012, p. 1).

"A participação dá às pessoas a oportunidade de controlar o próprio trabalho, sentirem-se autoras e responsáveis pelos seus resultados, construindo, portanto, sua autonomia" (LÜCK 2012, p. 1), pois elas são partes orgânicas da realidade e não apenas um simples instrumento para realizar os objetivos institucionais da escola. É possível, por conseguinte, superar o poder individual centrado no diretor, e construir práticas participativas de gestão que promovam "a

construção do poder da competência, centrado na unidade social escolar como um todo" (LÜCK 2012, p. 1).

"A nova ótica do trabalho de direção do estabelecimento de ensino lembra a necessidade e importância de que as decisões a respeito do processo de ensino, sejam efetivadas na própria instituição de ensino, envolvendo quem vai realizar esta prática e seus usuários" (LÜCK, 2009, p. 2). Ao se atribuir o caráter social as instituições escolares, essas tornam-se organismos vivos e como tal devem ser entendidos, e ao inclui-los nos processos de gerenciamento e gestão, a escola pode vir a produzir melhores resultados. "Assim, ao se caracterizarem por uma rede de relações entre os elementos que nelas interferem, direta ou indiretamente, a sua direção demanda um novo enfoque de organização" (LÜCK, 2009, p. 2).

A complexidade dos processos de ensino e aprendizagem, necessita para se desenvolver do aperfeiçoamento da ação coletiva e do espírito de equipe. E é aí onde encontra-se, de acordo com Lück o grande desafio da Gestão escolar. "As oportunidades de participação se justificam e se explicam, em decorrência, como uma íntima interação entre direitos e deveres, marcados pela responsabilidade social e valores compartilhados e o esforço conjunto para a realização de objetivos educacionais" (LÜCK, 2009, p. 71). Assim sendo,

A prática individualizada e mais ainda a individualista e competitiva, empregadas em nome da defesa de áreas e territórios específicos - muitas vezes expressada de forma camuflada e sutil - deve ser superada gradativamente em nome de uma ação coletiva pela qual, no final, todos saiam ganhando, aprimorando-se no exercício da democracia ativa e da socialização como forma de desenvolvimento individual (LÜCK, 1997, p. 5).

Para Lück, é preponderante que na administração de escolas públicas se considere a sinergia entre os funcionários ou grupos de funcionários, como um forte componente. Uma vez que estes "[...] são os colaboradores diretos da construção do ambiente educacional e na qualidade da efetivação de seus processos educacionais" (LÜCK, 2009, p. 22). Pois compreende que a atuação do corpo de apoio escolar, contribui significativamente para o trabalho educativo, principalmente se colocamos em perspectiva a infraestrutura que oferecem e sua presença nos vários segmentos da escola. E conseqüentemente,

De seu entendimento sobre sua responsabilidade educacional depende a qualidade de seu trabalho e repercussão na formação dos alunos. Portanto, o seu envolvimento no processo de gestão escolar se torna fundamental, mediante a participação em processos de decisão e nas reflexões sobre o sentido da educação e o papel da escola (LÜCK, 2009, p. 22).

Serão então, eficazes, as escolas capazes de envolver seus funcionários na equipe geral da escola, "[...] desde o delineamento do seu projeto político-pedagógico, até a discussão de projetos especiais da escola utilizando suas leituras e ideias como fonte de referência, de modo a agregar valor a esses projetos e valorizar a sua contribuição à escola" (LÜCK, 2009, p. 22). Lück, "analisa questões relacionadas à condução e orientação das questões educacionais e delinea perspectivas para a orientação do trabalho de gestão competente, à luz de um paradigma dinâmico, mobilizador do talento humano e responsável pela transformação das instituições educacionais" (LÜCK, 1997, p. 1).

Indo além da eficiência técnica, o aspecto participativo da partilha de poderes entre o coletivo que compõe a comunidade escolar, vem influenciando diretamente na qualidade da educação, em vista disso a escola necessita de "[...] um ambiente orientado por valores, crenças, rituais, percepções, comportamentos e atitudes em consonância com os fundamentos e objetivos legais e conceituais da educação e elevadas aspirações da sociedade" (LÜCK, 2009, p. 115).

Em seus escritos, a pesquisadora propõe o entrelaçamento de competências e experiências na construção um ambiente integrador e participativo como o mais adequado ao propósito educativo. Consequentemente, não há espaço para egocentrismos e individualismos dentro da gestão escolar participativa, pois, nessa impera o pensamento coletivo que tende a transformar-se em decisões e responsabilidades coletivas.

## 1.6 DESAFIOS E IMPLEMENTAÇÃO DA PESQUISA

Acumulando as funções de vigia e porteiro de escola, foi possível observar este trabalho solitário, anônimo e invisível. E apreender que estes profissionais da educação são vítimas de uma irrelevância social e funcional, que tem passado ao largo dos discursos da escola inclusiva e participativa, democrática e cidadã etc. valores fantasmais a minha experiência profissional.

Experiência que ajuda a perceber que muito dos discursos escritos e legislações sobre a gestão democrática, são tão-só, romantismos literários que não refletem a realidade cotidiana das escolas. Contudo, fazer insurgir esses corpos invisíveis da penumbra dos discursos e dos escritos sobre educação e inseri-los a gestão, romanticamente apresentada como democrática é uma causa autêntica a ser abraçada neste projeto de estudo. Assim como, abre a possibilidade de debater a inclusão do corpo de apoio escolar nas decisões administrativas e pedagógicas da escola pública confrontando discurso com realidade.

Para responder a essas questões particulares fez-se uso da pesquisa qualitativa. Pois esta identifica especificamente a singularidade dos sujeitos e se preocupa com "[...] um nível de realidade que não pode ser quantificado" (MINAYO, 2001, p. 21). Bem como, abre "a

possibilidade do uso de múltiplos métodos para a coleta de dados; a possibilidade de não ter que seguir fielmente um projeto pré-configurado, mas sim ir adaptando-o sempre que necessário" (BOTELHO, CRUZ, 2013, p. 55).

Quanto aos objetivos do projeto, a pesquisa qualitativa "[...] trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis" (MINAYO, 2001, p. 21), além de ter como característica "a imersão do pesquisador no ambiente da pesquisa, isto é, o pesquisador precisa manter um contato direto e longo com o objeto da pesquisa" (BOTELHO, CRUZ, 2013, p. 55).

Neste projeto, devido a familiaridade do pesquisador com o problema, dado a função que exerce, e também pela flexibilidade quanto aos objetivos, optou-se pela pesquisa exploratória, no intuito explicitar o problema e formular hipóteses, já que, "[...] estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições" (GIL, 2002, p. 41). O seu planejamento é bastante flexível e possibilita a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

Gil (2002, p. 41), explica que "as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática", e o intuito deste trabalho é mostrar a gestão escolar sobre um prisma social diferente, pois dirige-se ao porteiro escolar e, portanto, atenderam às expectativas do trabalho.

Eventualmente, professores, coordenadores e gestores, pretendendo evitar incompatibilidades com alunos e pais, visando manter um ambiente politicamente favorável a aprendizagem, têm delegado algumas ações a funcionários menos "qualificados". E muitas destas situações são tratadas na portaria da escola diretamente pelos porteiros. Que não foram preparados para exercer tais atribuições. Por outro lado, elas permitem a proximidade destes com as aflições dos discentes e com os problemas da escola, o que possibilita, diante da variedade das situações, relações de afinidade e afetividade entre estes trabalhadores e outros atores da comunidade escolar.

Chegando-se a seguinte hipótese:

-A escola deve necessariamente superar as marcas históricas do preconceito e da discriminação dos indivíduos "não docentes", fomentar relações horizontais e coletivas, estando assim consonância com os princípios de soberania popular e cidadania, e ao delegar poderes e responsabilidades, ouvindo e integrando sujeitos e experiências, poderá enfim agregar efetividade a seus processos e agenciar uma educação com qualidade e democracia.

O passo seguinte foi buscar meios de confirmar essa hipótese, necessitando de um levantamento bibliográfico sobre o tema e os sujeitos. Surge então uma das grandes dificuldades da pesquisa, pois quase não existem escritos sobre o trabalho do corpo de apoio escolar, e especificamente sobre o trabalho do porteiro, pode-se considerar inexistente. Depois de meses de buscas, só se encontrou uns poucos relatos de porteiros queixosos nas mídias sociais.

Adotou-se então uma visão sociológica para a pesquisa, pois a sociologia preocupa-se em compreender as atitudes dos indivíduos em sociedade. O que possibilitou utilizar como ancora para projeto o Sociólogo alemão Max Weber (1864-1920), e a Sociologia compreensiva: uma vez que se preocupa em explicar determinados fragmentos realidade social. No entanto, o enfoque é na burocracia Weberiana e a importância do trabalho coletivo dos funcionários, que coincide com a proposta do projeto.

Por direcionar-se ao campo educacional buscou-se suporte em Vitor Henrique Paro, que discute as influências de um modelo empresarial na formação do aluno, além de atentar a necessidade de se implementar nas escolas um modelo horizontal de gestão. E a professora Heloisa Lück, com a abordagem participativa e divisões de poderes, tarefas e responsabilidades como meio de atribuir a funcionários autonomia e cidadania. Ambos enfatizam a importância de se trabalhar com um corpo integrado de profissionais dentro da escola e os resultados positivos dessa prática na qualidade do ensino e aprendizagem.

Foram também relacionados inúmeros artigos, revistas e publicações da CNTE, e de seus colaboradores no intuito de entender o corpo de apoio escolar, suas formações e a condição em que se encontram nos sindicatos e escolas. Por fim buscou-se as legislações que asseguram os direitos, deveres, valorização e formação de profissionais como o porteiro escolar.

Feitas as leituras, o passo seguinte foi no sentido de preencher espaços entre teorias e realidade, para a isso utilizou-se a observação sistemática do trabalho e dos comportamentos adotados pelos sujeitos, o que caracteriza a pesquisa também como descritiva/analítica. Pois, as "[...] pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, e pretendem determinar a natureza dessa relação" (GIL, 2002, 42) e a analítica faz um aprofundamento no fenômeno analisado visando compreender causa, efeito e possibilidades e contrasta hipóteses para determinar se essas são verdadeiras ou não. "É o tipo de pesquisa caracterizado pela investigação crítica na qual o investigador estabelece hipóteses, examina e analisa fatos existentes e sintetiza as evidências dentro de um modelo teórico estabelecido" (THOMAS, NELSON, 1996, p. 1).

A pesquisa de campo mostrou-se adequada ao projeto, principalmente pela proximidade do pesquisador com o objeto, pois, "basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da

observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo" (GIL, 2002, 42). Além disso, é uma pesquisa aberta a utilização de alguns outros procedimentos, voltada a conceitos sociais variados, podendo analisar desde "uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana" (GIL, 2002, 53).

Tendo definidos e adquiridos os materiais bibliográficos, o passo seguinte foi a leitura, os fichamentos e as resenhas dos livros, definidos os conceitos, começou a coleta dos dados. A segunda dificuldade da pesquisa deu-se nesse momento, pois, apesar da observação ter sido tranquila, a coleta dos dados seguintes não seguiu a mesma linha. Os dados documentais foram impossibilitados, em partes pela inexistência desses, em partes pelo receio dos responsáveis de expor a situação da escola ao público. Os questionários e as entrevistas receberam seguidas negativas, por desconhecimento do tema ou por receio de perseguições no trabalho. E por fim, optou-se pela aplicação de entrevistas abertas como recurso a superação das negativas.

A entrevista aberta dá a possibilidade ao pesquisador de um detalhamento das questões e formulações mais precisas dos conceitos, além de oferecer a possibilidade de explorar mais a fundo os questionamentos, pois as perguntas são respondidas dentro de uma conversação informal, podendo-se formular a mesma pergunta de várias maneiras até que se obtenha uma resposta satisfatória, o que atendeu as finalidades exploratórias e a complexidade da temática.

A escola conta com 5 profissionais que atuam na portaria dos quais 3 são vigias que acumulam funções e 3 são funcionários contratados pela prefeitura. Para alcançar esses sujeitos, alguns tipos de abordagens foram utilizados: primeiro foram feitos contatos com o objetivo de demonstrar a finalidade e a importância deste trabalho; em seguida entregou-se cópias impressas das entrevistas, entregues em mãos, ou via e-mails e redes sociais. Essas abordagens foram feitas no intuito de quebrar o gelo, e para que os sujeitos tomassem conhecimento das perguntas e da intenção da pesquisa.

Mesmo depois de entregues e feitas inúmeras ligações e lembretes sobre os prazos e a importância de ter a opinião de cada um destes profissionais sobre sua condição profissional e a Gestão escolar, só dois porteiros responderam a entrevista. Os outros dois, mesmo esclarecidos sobre o caráter sigiloso de suas informações, não aceitaram ser entrevistados, pois temiam ser expostos e sofrerem sanções. Um último, deu inúmeras justificativas até não restar mais tempo hábil para entrevista-lo, forçando a desistência do pesquisador.

O local escolhido para a coleta de dados foi uma escola pública da rede estadual de ensino, ligada a SEDUC/PA. Os aspectos que a qualificaram como locus deste estudo, são em primeiro lugar a comodidade. Uma vez que o pesquisador trabalha na instituição exercendo a

função de vigia/porteiro. Pesou para essa escolha também o convívio com alunos, professores e funcionários e o acúmulo de experiências com situações nas quais verificou-se a atuação dos funcionários e dos discentes. Um outro aspecto relevante é o escalonamento das funções e o tipo de relacionamento que acontece no seu interior no que tange a importância dos trabalhos de cada setor. Parece dar-se mais importância aos que exercem cargos especializados em detrimento dos que exercem funções de apoio ou funcionais.

Um último aspecto é a fama de escola ruim e desorganizada, atribuída por um grande número de moradores, alunos, funcionários e percebido principalmente pela pouca disposição de funcionários de outras escolas em desempenhar suas funções nesta, compreendida, por muitos moradores, como um péssimo lugar para trabalhar ou estudar. Nos corredores, os profissionais do corpo de apoio escolar, costumam reclamar do tratamento que lhes é dirigido e da pouca importância dada a seu trabalho, aspecto que contrariam a gestão participativa.

A gestão participativa é entendida por Lück, menos como um processo onde poucos decidem e outros realizam, como é comum na gestão centralizada na figura do diretor e nos conselhos escolares, e mais como uma construção conjunta da comunidade escolar com o envolvimento de todos os participantes dos processos educativos: o que pressupõe distribuição de poder de decisão tanto individual, quanto do poder dos conselhos escolares assim como responsabilidades na realização das tarefas. Pois, "o conceito de gestão já pressupõe, em si, a idéia de participação, ou seja, do trabalho associado de pessoas analisando as situações, decidindo sobre o seu encaminhamento e agindo sobre elas, em conjunto" (LÜCK, 2005, p. 17).

Vitor Paro, tem afirmado que a escola é reprodutora de desigualdades e categoriza seus funcionários por relevância social. É visível o tratamento diferenciado dirigido aos funcionais do corpo de apoio escolar, no local escolhido para o estudo. Do mesmo modo, como conhecer e intervir nessas situações é responsabilidade do gestor escolar, contudo, adotam a ignorância conveniente para evitar incompatibilidades que comprometeriam sua atuação. O problema dessa omissão é que aumenta a situação de impotência dos funcionários frente aos alunos, aumenta também o desrespeito e as ofensas, os funcionários são diminuídos, aumentando a invisibilidade e a sensação de não pertencimento ao ambiente escolar.

Um dos porteiros, por exemplo, confidenciou que tem investido seu salário em uma "terrinha e que se Deus quiser não ficará neste trabalho por muito tempo". Outros funcionários preferem não participar de atividades realizadas pela escola, sejam estas lúdicas, pedagógicas ou reuniões administrativas, por sentirem-se inferiorizados. Pois, não aceitam a irrelevância com a qual é tratado o seu trabalho, segundo estes, nem sabem porque são convocados, já que

sua presença não é desejada, a não ser se for para limpar, cozinhar ou outros trabalhos correlatos, como justificou uma servente.

Informalmente, um dos porteiros que não quis ser entrevistado, reclamou:

Nessas reuniões, a gente vai, mas é como se a gente nem tivesse lá, eles<sup>4</sup> nem deixam a gente falar e se a gente fala eles ignora. Nas festas, eles ficam separados da gente, fica cada um no seu canto, as serventes, os vigias, porteiros e o zelador ficam juntos e eles ficam lá tudo junto noutra parte, só lembram da gente quando é pra pedir alguma coisa, eu que não participo mais, até nesses dias eles pensa que somos empregados deles (*sic*).

Este mesmo porteiro reclama que faz muita coisa, mas nunca é reconhecido, segundo ele,

Só o que é ruim é atribuído ao trabalho do porteiro, se some alguma coisa, é o porteiro o culpado, quando quebra alguma coisa também é a gente, mas se um aluno ofende a gente e a gente chama a direção eles (a direção da escola) só diz assim, pega o nome dele pra fazer ocorrência, hum! Eu que não faço isso! No fim é nós que fica marcado.

Essa afirmação foi confirmada durante a reunião bimestral, muitos dos funcionários de apoio não foram a reunião e os que estavam presentes não eram envolvidos nas discussões, sendo inclusive solicitada suas saídas quando foi discutido temas inerentes a Avaliação institucional, Projeto político pedagógico e a festa junina da escola.

Foi possível também comprovar que os porteiros lidam com um grande número de atribuições paralelas, como conduzir alunos as salas aula; lidar com pais e alunos exaltados na portaria; apaziguar conflitos entre alunos e conduzi-los a gestão ou a coordenação se necessário; intervir junto a usuários de drogas; escoltar professores e alunos vítimas de ameaças; zelar pelos moveis, imóveis, estruturas, e materiais escolares; fazer pequenos reparos etc.

Essas especificidades os qualificaram como sujeitos da pesquisa, tendo em vista a obscuridade do seu trabalho nas escolas e a quase inexistência de bibliografia a respeito destes profissionais. Contudo, ainda precisávamos de uma outra visão e buscou-se a Gestão escolar, com a finalidade de ter um outro ponto de vista. Porém, para evitar conflitos relacionados ao trabalho na instituição, optou-se pelo vice-diretor da escola que divide as atribuições com a titular no cargo. Que, depois de alguma insistência, concedeu a entrevista fazendo exigências quanto ao sigilo de sua identidade, mas também do nome da escola.

---

<sup>4</sup> Professores, coordenadores, secretaria e gestores.

*“Sem dúvida nenhuma, a principal falha hoje da escola com relação a sua dimensão social parece ser sua omissão na função de educar para a democracia “.*

*(Vitor Henrique Paro, 2001, p. 18)*

## **2 ANÁLISE DOS DADOS: A INVISIBILIDADE NO PORTÃO DA ESCOLA PÚBLICA**

A sociologia compreensiva de Weber, explica que para compreender uma ação social é preciso captar o sentido subjetivo desta, apreender e interpretar esse sentido ou a conexão de sentidos entre ações distintas. É, portanto, uma apreensão parcial de uma realidade infinita, logo o conhecimento do pesquisador é sempre limitado. Os valores sociais do pesquisador, assim como, os do pesquisado, constituem-se nos critérios para a seleção do objeto ou sujeitos da investigação e por isso as escolhas feitas nesse projeto não são aleatórias e pretendem esclarecer as indagações acerca do tema para alcançar os objetivos da pesquisa, e nesse sentido foram feitas as escolhas dos sujeitos.

### **Sujeitos da pesquisa<sup>5</sup>.**

<b>Os sujeitos</b>	<b>Idade (anos)</b>	<b>Tempo na educação.</b>	<b>Função</b>	<b>Formação</b>
Silva	36	18	Diretor	Pedagogia e com especializações em Pedagogia Empresarial e Educação Corporativa e em Gestão de Políticas Sociais
Barros	29	10	Vigia/porteiro	Licenciatura em Ciências Naturais com Habilitação em Física
Araújo	34	10	Vigia/porteiro	Licenciatura em Matemática

Tabela 1: fonte, SANTOS, Manoel Travassos.

Obs.: Os sujeitos, relacionados no quadro foram os únicos que atenderam as especificidades do projeto de pesquisa e demonstraram interesse em contribuir.

Para Lück (2009), a sociedade se encontra atualmente orientada por uma economia baseada principalmente pelo conhecimento e pela tecnologia da informática e da comunicação apresentando uma intensa dinâmica social, relações e influências cada vez mais globalizadas, precisando de uma escola também ativa. Motivando a primeira indagação junto aos

<sup>5</sup> Por solicitação do diretor e por acontecimentos relacionados durante a pesquisa de campo o nome dos sujeitos e da escola serão preservados.

investigados quanto a importância que davam a educação e aos objetivos da escola na vida das pessoas, compreendendo a importância de entender suas visões o ensino.

Para Silva<sup>6</sup>, “os objetivos da escola vão para além de sua função principal: a de ensinar. Mas para contribuir para a transformação da sociedade; para a formação dos cidadãos transformadores, sua preparação e qualificação para a vida complexa em todas as suas dimensões”; sob esse aspecto, Barros<sup>7</sup>, respondeu que a escola vem a “ser um instrumento de formação acadêmica para o cidadão”.

Na mesma linha Araújo<sup>8</sup>, avaliou que a função da escola é “ensinar o indivíduo a ser uma pessoa mais crítica, politizado, ciente de seus deveres e direitos como cidadão dentro de um sistema, e o levar a ter uma profissão que o dignifique como pessoa lhe trazendo uma situação de vida estável”. Enfatizando os desafios que um país desigual deve superar para conseguir melhorar a aprendizagem, reiterando que “novos desafios e exigências são apresentados à escola, que recebe o estatuto legal de formar cidadãos com capacidade de não só enfrentar esses desafios, mas também de superá-los” (LÜCK, 2009, p.16). A autora destaca que “a construção de um país mais produtivo e de um mundo melhor passa, inevitavelmente, pela garantia do ensino de qualidade para todos” (LÜCK, 2009, p. 7).

Conforme essa pesquisadora, a sociedade tem apresentado oportunidades culturais interessantes a todas as pessoas, assim como, o mercado traz desafios e exigências extraordinários e “nesse contexto, a educação se torna imprescindível como ação contínua e permanente, demandando das instituições que a promovem, a necessidade de reinventar-se e melhorar suas competências continuamente” (LÜCK, 2009, p.16).

Ocorre a concordância entre as falas dos pesquisados e as análises de Lück. Pois, ambos compreendem que existe a necessidade de uma educação mais atenta as especificidades dessa época em que tecnologia e informação fazem pesar a balança em favor do mercado de trabalho e as demandas sociais em favor da cidadania.

Os entrevistados, atentam a necessidade de uma escola que compreenda essas mudanças, que forme cidadãos ao mesmo tempo em que forma trabalhadores. Essa é também

---

<sup>6</sup> SILVA, R. N. **Entrevista I: Conversa com o gestor de escola:** depoimento [julho 2018]. Entrevistador: SANTOS, M. T. Aurora do Pará: Gestão escolar da EEEFMPHR, Aurora do Pará, 2018. Escrita. Entrevista concedida ao graduando do curso de pedagogia/intensivo UFPA, Campus Castanhal.

<sup>7</sup> BARROS, E. S. **Entrevista II: Conversa com o porteiro de escola:** depoimento [julho 2018]. Entrevistador: SANTOS, M. T. Aurora do Pará: Portaria da escola da EEEFMPHR, Aurora do Pará, 2018. Escrita. Entrevista concedida ao graduando do curso de pedagogia/intensivo UFPA, Campus Castanhal.

<sup>8</sup> ARAÚJO, J. M. L. **Entrevista III: Conversa com o porteiro de escola:** depoimento [julho 2018]. Entrevistador: SANTOS, M. T. Aurora do Pará: Portaria da escola da EEEFMPHR, Aurora do Pará, 2018. Escrita. Entrevista concedida ao graduando do curso de pedagogia/intensivo UFPA, Campus Castanhal.

a preocupação de Lück. Que esclarece que mesmo que exercendo trabalhos diferentes, com formações distintas ou nenhuma formação, os funcionários de apoio escolar, assim como os professores têm a responsabilidade de ensinar e garantir o aprendizado dos alunos.

A segunda pergunta tratou da importância do trabalho do porteiro, o sujeito central da pesquisa, e se sua performance influencia o comportamento dos alunos e as relações que ocorrem no interior da escola.

Para o porteiro Araújo, "o trabalho do porteiro é de grande relevância, pois como já ouvir alguns diretores, professores etc. dizerem "a educação escolar começa pelo porteiro!", pois na grande maioria das escolas é quem recebe os alunos em sua chegada".

Já para o diretor Silva a escola precisa melhorar o modo de ser "equipe e estudantes, precisam construir uma identidade própria, e através dos dispositivos organizacionais (comunicação, normas internas), continua sendo esse um dos maiores desafios, da escola e os funcionários são colaboradores destes processos" (*sic*). Segundo Paro (2001), ao se pretender uma educação de qualidade para todos a escola precisa reavaliar sua postura, sendo necessárias mediações para o alcance dos fins a que se propõe, precisando também rever a estrutura didática de currículos, programas, métodos, organização horizontal ou vertical do ensino.

É preciso, portanto, analisar se "a estrutura administrativa (organização do trabalho e distribuição do poder e da autoridade) precisam ser dispostas de modo coerente com esses fins" (PARO, 2001, p. 44). Para o autor, em uma escola pública que tradicionalmente foi organizada para atender objetivos não comprometidos com a liberdade dos indivíduos, desconsiderar esses aspectos tem contribuído com o fracasso de políticas que visam mudar a realidade escolar pela introdução de mecanismos democráticos.

Paro (2001), vê a democracia como um processo vivo perpassando por toda a vida dos indivíduos, laborado entre a singularidade do ser humano e sua necessidade de pluralidade social, sendo imprescindível para o desenvolvimento pessoal e para a formação da personalidade individual de cada pessoa, assim como, "[...] para convivência entre grupos e pessoas e a solução dos problemas sociais, colocando-se, portanto, como componente incontestável de uma educação de qualidade" (PARO, 2001, p. 45).

A escola precisa rever seus processos, suas posturas e construir um ambiente democrático e participativo estabelecendo políticas horizontais de gestão, delegando poderes e responsabilidades. Existem hoje muitas contradições entre o que se fala e o que se vivencia na prática, impossibilitando a construção nos profissionais técnicos e administrativos de uma identidade coletiva o que agregaria qualidade ao ensino.

Entendendo como necessária essa coletividade educativa, precisa-se então compreender as interrelações existentes e como estas ocorrem, partindo do portão para o interior da escola. Originando, assim, um terceiro questionamento quanto à relação dos porteiros com os demais funcionários (diretores, coordenadores, professores, serventes, auxiliares, zeladores etc.).

Segundo o porteiro Araújo,

Durante esses nove anos que trabalho em escolas já tive a oportunidade de ter tido quatro diretores e cada um com suas peculiaridades, alguns bons outros nem tanto, pois quando recebem uma *bomba chiando* em suas mãos fazem de conta que nada está acontecendo, quando um vigia ou porteiro traz algum problema relacionado a mal comportamento de aluno, tipo desrespeito com o próximo, falta de comprometimento com seus horários escolares, dentre outros, onde muitas das vezes passam é a mão nas cabeças de alunos problemático. Se bem que hoje entendo que nem sempre devemos tomar medidas drásticas pois essas situações querendo ou não fazem parte da realidade da escola. Já com os demais não me lembro de ter tido quaisquer problemas em nenhuma das escolas que passei.

Para o diretor Silva,

A motivação e o desenvolvimento de espírito comprometido com o trabalho educacional, a formação de espírito e trabalho de equipe e o cultivo de diálogo e comunicação abertos e contínuos, fazem parte da cultura organizacional da escola, porém, não o suficiente para a "escola que queremos". Há muito a ser feito ainda. E esse tem sido um dos problemas principais junto à comunidade, o que tem contribuído para a construção da ideia externa de desorganização. Quando isso se refere ao coletivo de funcionários, consideramos que a alta rotatividade de professores e funcionários a cada ano acaba sendo um dos motivos.

Weber (2004), esclarece que quando se trata de administração, mesmo a democrática, seria absurdo buscar homogeneidade nas relações, porém, o sociólogo esclarece que o desenvolvimento, seja qualitativo ou quantitativo das tarefas, "[...] favorece, a longo prazo, inevitavelmente, a continuidade efetiva de pelo menos uma parte dos funcionários, porque a superioridade técnica na administração dos assuntos públicos fundamenta-se, de maneira cada vez mais sensível em treinamentos e experiência" (WEBER, 2004, p196).

Para Weber (2004), há sempre a possibilidade de se constituir formações sociais especiais e duradouras com finalidades administrativas entre os funcionários. O autor acaba confirmando as queixas do diretor, quando ele atribui a rotatividade de funcionários a dificuldade de se estabelecer uma cultura organizacional comprometida com a "escola que queremos", devido à dificuldade de dar continuidade às políticas e processos coletivos.

Sistemas burocráticos disformes e autoritarismos inviabilizam a representatividade e contrariam a finalidade cidadã dessas instituições escolares. Mesmo assim, o trabalho de equipe e o cultivo de comunicações abertas, não foi o que se viu na escola pesquisada. Essa postura é

relatada pelo porteiro Barros. Segundo ele "a relação profissional dentro de uma instituição escolar é bem complexa quando se trata do corpo de apoio (serventes, porteiros e vigias) e o corpo docente, a relação não é boa pois, o corpo docente veem com desdém as pessoas do corpo de apoio, pela sua posição e poder aquisitivo".

"Atualmente, o diploma educacional está se tornando naquilo que foi a prova de legitimidade no passado, pelo menos onde o poder foi da nobreza: um requisito prévio para a igualdade de estirpe, uma qualificação para a sinecura<sup>9</sup> e ara<sup>10</sup> aos cargos estatais" (WEBER, 1991, p. 82). O autor, apresenta tais situações como honrarias do especialista. Segundo Weber (1991), o funcionário especialista tem ganhado um status comparado aos privilégios feudais do senhor, diante de seus servos dentro das instituições.

O que, conforme o sociólogo, causa divisões e discriminações entre os funcionários dentro das instituições, nesse caso os da escola pública brasileira. E é transferido ao aprendizado dos alunos e continuado fora dos muros da escola. Pois, esta tem ignorado que "a adoção de uma concepção de ser humano como sujeito histórico, exige que se considere o fato de que as relações entre cidadania, democracia e educação se dão em tal reciprocidade e imbricação que cada um dos termos contém necessariamente os demais" (PARO, 2001, p. 9).

Pois, "é fundamental reconhecer que o que ocorre na prática do dia-a-dia escolar tem uma importância significativa para determinar a qualidade do ensino. Pequenos atos, poucas palavras repetidas dia após dia, condicionam o desenvolvimento de significados e formação de hábitos" (LÜCK, 2009, p. 131). Essa percepção é maior quando atentamos a relação aluno/porteiro, o que motiva a seguinte indagação: como se dá a relação do porteiro com alunos e responsáveis nas dependências da escola?

Para o porteiro Barros, "é necessário discernir a relação profissional com a pessoal, pois, os alunos acabam levando a mesma intimidade que tem fora para dentro do ambiente escolar com o funcionário, isso interfere muito no cumprimento de suas funções ". O porteiro Araújo, também assume o mesmo comportamento.

Sempre procurei ser o mais profissional possível, trabalhando de acordo como o que me é pedido pela direção da escola, respeitando os alunos que é para ser respeitado também, se bem que nem sempre é o que recebemos de volta dos alunos, porem procuro não misturar as coisas com os alunos haja vista que alguns alunos só querem um vacilo para tentar prejudicar qualquer que seja o profissional da escola uma vez que os mesmos se vejam contrariados.

---

<sup>9</sup> Emprego ou função que não obriga ou quase não obriga a trabalho.

<sup>10</sup> Almejar

De acordo com Lück (2009), sendo o seu cotidiano, marcado por interesses, relações, jogos de poder, conflitos, discursos, uso do tempo e dos espaços, comportamentos, regularidades e hábitos, uma escola se faz e existe como organização social. "No entanto, os acontecimentos comuns do cotidiano passam desvalorizados e até mesmo despercebidos muitas vezes, deixando-se de ver a regularidade dos atos praticados ou omissões, que têm forte impacto sobre os resultados educacionais promovidos pela escola" (LÜCK, 2009, p. 131).

"Em sua prática diária as pessoas se orientam por seus interesses imediatos e esses são conflituosos entre os diversos grupos atuantes dentro da escola" (PARO, 2000, p. 301), no entanto, quanto menor o grau de relevância estendida ao profissional dentro da escola menos harmoniosas são essas relações, o que justifica o ar de desamparo na fala de Araújo, quando alega que os alunos buscam só um *vacilo* para prejudica-lo.

Visando compreender em grau de invisibilidade encontra-se o porteiro e como se dá seu envolvimento com os processos educativos, fez-se o seguinte questionamento: Como servidor/educador, você sente fazer parte de uma equipe responsável pela formação e aprendizagem dos alunos?

Para o porteiro Barros, "não, pois são muitos fatores que agravam a questão de ensino/aprendizagem, entre eles a falta de estrutura, o interesse dos próprios alunos e a forma como o sistema lida com alunos com idade avançada e repetentes sendo que o porteiro não é convidado a participar dessas discussões". Já para o porteiro Araújo, a resposta é "sim! Pois como sempre digo "nós o corpo escolar, funcionamos como um motor onde cada um é como se fosse uma engrenagem, e se um não fizer o seu direito ira sobrecarregar os demais", e por isso acho que faço parte dessa equipe".

Para Weber (2004, p. 222), "O funcionário não pode desprender-se do aparato do qual faz parte", pois persiste nas instituições públicas a "[...] dominação exercida na forma de relações associativas" (2004, p. 222). E esse é, segundo ele, um aparato complexo, dentro de uma instituição burocrática como a escola pública não se pode suspender o trabalho de nenhum dos componentes deste mecanismo, pois a consequência de fazê-lo é o caos administrativo, sendo muito difícil de fazer improvisações ou substituições a contento para vencê-lo.

E essa relação, segundo Weber (2004), consiste na materialidade do encadeamento entre sua individualidade e sua atividade profissional constituindo um elo contínuo que se move sem cessar, pois, existe nas instituições uma comunidade de interesses em que todos os funcionários estão integrados e trabalhando para a continuidade de seu funcionamento. Apesar disso, diariamente tem-se associado administração com chefia ou controle.

"Isso decorre do fato de que, diuturnamente, convivemos com o arbítrio e a dominação e quase não nos damos conta disso. É compreensível, portanto, que gerir administrar seja confundido com mandar, chefiar" (PARO, 2001, p. 94). O porteiro Barros, está compreendido neste processo e tem consciência da situação.

Ao alegar não se sentir parte de uma equipe, ele confirma as afirmações de Vitor Paro, por outro lado ao compreender-se como parte de um conjunto homogêneo Araújo, aproxima-se das teorias Weberianas sobre administração, mas encontra-se abstraído da realidade em que se encontra, uma vez que, a gestão tem somente lhe deliberado tarefas sem considerar sua participação, seu conhecimento ou experiência no planejamento dessas.

Compreende-se, portanto, que cada porteiro, servente, vigia ou zelador, fazem parte de um conjunto integrado de órgãos que dá sustentabilidade a escola e suas estruturas, contribuindo diretamente para o seu funcionamento e eficiência, contudo, a escola tem segregado estes funcionários de seu planejamento, deixando-os à margem de suas decisões, comprometendo sua eficiência e a qualidade de seu produto.

A compreensão desta realidade "exclusiva" dos porteiros suscitou um outro questionamento quanto a relevância de seus posicionamentos, alegações e contribuições dos no que se refere aos planejamentos e decisões da escola.

Lück (2012), enfatiza ser necessário que todos que, direta ou indiretamente, fazem parte do dia-a-dia da escola sejam envolvidos com os procedimentos e contribuam com os processos educacionais, assim como, no "[...] estabelecimento de objetivos, na solução de problemas, na tomada de decisões, na proposição, implementação, monitoramento e avaliação de planos de ação, visando os melhores resultados do processo educacional [...]" (LÜCK, 2012 p.1), sendo esses envoltimentos imprescindíveis ao sucesso da gestão escolar participativa.

Segundo Araújo, suas contribuições têm até alguma relevância, mais depende muito dos humores da direção, de acordo com o porteiro, "parece que algumas vezes não vemos o que a direção ver, e vice e versa", concordando com o porteiro Barros, que entende que "as decisões administrativas e pedagógicas da instituição não são construídas através de um senso comum da comunidade escolar isso faz com que todo planejamento anual escolar seja falho" (*sic*).

A administração burocrática, conforme Weber (2004), tem como característica o sigilo de seus processos e o utiliza como forma de imposição dos especialistas sobre os leigos, adquirindo poder ao limitar o conhecimento de seus processos aos que ela não entende como necessários. Para o autor, o conceito de "segredo oficial" é ainda mais dominante na administração pública, já que é nela que "a burocracia oculta, na medida do possível, o seu saber e o seu fazer da crítica" (WEBER, 2004, p. 225), ou seja, "tendencialmente, a

administração burocrática é sempre uma administração que exclui o público"(WEBER, 2004, p. 225). Porém,

Numa empresa em que o fim é a dominação, não há incompatibilidade nenhuma entre meios e fins quando as relações de trabalho se dão de forma hierarquizada e autoritária, tendo em vista o mero controle do trabalho alheio. Aí, a coordenação de esforço humano coletivo é vista sempre de forma exterior ao processo e aos interesses dos que se dedicam a busca dos fins da empresa. Na escola não, se esta é uma instituição verdadeiramente educacional (PARO, 2008, p. 111).

Dentro de um sistema “exclusivo”, o porteiro, como funcionário da escola é um ilustre desconhecido, um invisível a vistas de todos e essa infligida invisibilidade, a pouca valorização atribuídas ao cargo contribuiu para a descaracterização deste profissional. Corroborando com um longo histórico de irrelevância social do corpo de apoio escolar, que nega a administração escolar a compreensão total da efetividade de suas políticas e de suas práticas.

A pesquisa compreende o porteiro como necessário aos processos escolares e atendendo a essa coerência, fez-se a última pergunta, direcionada a abrangência dos conceitos de Gestão escolar democrática e participativa no trabalho destes sujeitos.

A gestão democrática escolar é exercida tanto como condição criadora das qualificações necessárias para o desenvolvimento de competências e habilidades específicas do aluno, como também para a criação de um ambiente participativo de vivência democrática, pela qual os alunos desenvolvem o espírito e experiência de cidadania, caracterizada pela consciência de direitos em associação a deveres (LÜCK, 2009, p. 71).

Para que isso seja possível, segundo Lück, a escola precisa se reinventar, e promover uma aproximação entre seus membros reduzindo desigualdades. O objetivo da escola seria então, o de se estabelecer uma comunidade efetiva de ensino coletivo, que cultive "[...] não somente o ideal de ensinar de acordo com o saber produzido socialmente, mas o de aprender, em acordo com os princípios de contínua renovação do conhecimento, criando um ambiente de contínuo desenvolvimento para alunos, professores, funcionários e é claro, os gestores" (LÜCK, 2009, p. 16), adequando-se a sociedade contemporânea, diversificada e tecnológica.

Para o porteiro Araújo,

Gestão escolar é a maneira como se administra a escola levando em conta não só a opinião dos professores, coordenadores, conselho escolar, mais sim levando em conta a opiniões e sugestões dos demais funcionários da entidade, alunos e pais de alunos, e só assim no meu entendimento se terá uma gestão escolar democrática.

Para o porteiro Barros, a gestão escolar deve contar "[...] com a opinião de toda comunidade escolar, que vem desde o pai e o próprio aluno até o porteiro da escola. O modelo de gestão e planejamento escolar deve ser discutido entre todos e aceito em comum acordo por todos quem fazem do espaço que se destina ao âmbito escolar".

O gestor Silva, acredita que precisa "liderar melhor para integrar toda a equipe em prol de uma cultura organizacional melhor", e assim,

Envolver a todos - professores e colaboradores, alunos e família, toda a comunidade - para assumir a história da escola no presente e no futuro, é nosso maior desafio. É o que tenho vivenciado todos os dias com aflições e alegrias, cansaço e satisfações... enfim, acreditamos numa escola que queremos... Se melhorarmos a comunicação e integrarmos a todos, teremos o combustível para percorrer os trilhos do sucesso garantido.

Segundo Paro (2001), no campo da liberdade a questão da gestão escolar está inextricavelmente ligada a questão da democracia, porque ela propicia a aquisição de valores e recursos democráticos e esses são recursos que propiciam a convivência pacífica entre os homens e a sociedade.

Paro, acredita que a educação deve "[...] garantir o contato com a ampla, complexa e rica variedade de valores desenvolvida historicamente, bem como a apropriação de concepções que apontem para o constante desenvolvimento de novos valores comprometidos com uma sociedade melhor" (PARO, 2001, p. 51). Segundo o professor, historicamente o ser humano vem produzindo sua subsistência em dependência mútua com outros seres humanos e, deste modo, tem evidenciado a necessidade de se relacionar e colaborar com seus semelhantes.

Max Weber, no entanto, ilustra que

Nossos estabelecimentos de ensino ocidentais continentais, especialmente os superiores-universidades, escolas superiores técnicas e comerciais e escolas secundárias-, encontram-se sob influência dominante da necessidade daquela espécie de "educação" que é criada pelo sistema de exames especiais, cada vez mais indispensável para o burocratismo moderno: o ensino especializado (WEBER, 2004, p. 230).

Para Weber, ao ser inserida neste contexto, a democracia encontra-se diante de um dilema, se "[...] por um lado, este exame significa, ou pelo menos *parece* significar, a seleção dos qualificados de todas as camadas sociais, em lugar de dominação de *bonoratiores*<sup>11</sup>. Por outro lado, teme que o exame e o certificado de formação levem ao surgimento de uma "casta"

---

<sup>11</sup> Honrados.

privilegiada, [...]" (WEBER, 2004, p. 230-231). Estas castas se fazem presente dentre os funcionários e setores da escola e os porteiros, invisíveis diante dos olhos de todos, são os párias desse sistema que parece negar sua existência como parte da comunidade escolar.

Ao perpetuar essa tradição a escola tem negado a seus alunos a aquisição dos valores democráticos essenciais a convivência em sociedade e aos porteiros um sentimento de pertencimento. Segundo Paro (2008), toda vez que se fala em gestão democrática com a participação de toda comunidade escolar, esta é vista como uma utopia, contudo, ela pode vir a existir, "na medida que não existe, mas ao mesmo tempo se coloca como algo de valor, algo desejável do ponto de vista da solução dos problemas da escola" [...] (PARO, 2008, p. 9), mas para que isso ocorra é preciso ter conhecimento das reais condições da realização na escola pública de uma gestão pautada por princípios democráticos como finalidade educativa.

Para tanto, deve-se "[...] inicialmente, tomar consciência das condições concretas, ou das contradições concretas, que apontam para a viabilidade de um projeto de democratização das relações no interior da escola" (PARO, 2008, p. 9). Persiste nas escolas, uma longa tradição de vincular a administração estatal e os deveres administrativos a privilégios e classes sociais ou honoríficas. O que implica um vínculo direto das funções administrativas com a exploração econômica direta ou indireta, ou uma exploração social do prestígio. E a gestão escolar democrática e participativa, só trará efeitos sociais positivos se a escola superar preconceitos enraizados a sua própria cultura organizacional.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A invisibilidade dos profissionais de menor escalão hierárquico não só dificulta a associação entre a escola inclusiva e democrática dos livros e discursos de educadores com a realidade cotidiana, mas também influencia na conduta dos alunos e promove separações dentro e fora da escola. O que se percebeu nesse projeto é que muito ainda precisa ser feito, entre os muros das escolas, para a edificação de uma sociedade democrática.

No curto período da pesquisa, muitas situações conflituosas foram encerradas com frases como: “você está aqui para fazer o que mando! A gestão ou conselho já decidiram! Outras também comuns são: “na minha escola a educação começa pelo portão! ”; “a escola é um local de debate! ”; “a escola forma cidadãos! ”; “escola é um espaço essencialmente democrático! ”, “aqui são todos colaboradores! ”. Uma contradição óbvia de valores e conceitos. Colaboradores, sim! Espaço democrático, não! Na escola lócus desta pesquisa existem muitas contradições entre o que se fala e o que se vivencia na prática.

Ao supor que a escola excluiria de seus processos, planejamentos e decisões os funcionários não docentes a pesquisa acabou desvelando um grande número de relações baseadas em divisões sociais, autoritarismos e egocentrismos. Os textos, os relatos e entrevistas confirmaram as suspeitas, e apresentaram outros elementos a essa discussão, como por exemplo a falta de formação de grande parte do corpo de apoio, e um longo histórico de indiferenças e clientelismos que atribuíram a imagem do não docente, a alcunha de “ignorantes”, e as funções de apoio escolar o conceito de trabalho desqualificado. Confundindo a identidade dos funcionários de apoio escolar a figura dos negros cativos de outrora.

Além desses fatores, a representação na cultura social do “não valor” dado às funções domésticas e com as quais foi associado o trabalho principalmente de serventes, merendeiras e zeladores, serviu para desqualificar ainda estes trabalhadores, tornando-os invisíveis aos olhos de toda uma gama de pessoas: alunos, pais, professores, gestores etc. do mesmo modo, a literatura nacional e as lutas por direitos dos educadores também os excluiu. Diferente dos escravos que serviram de inspiração a várias obras literárias os trabalhadores apoio escolar foram esquecidos, mesmo por defensores da educação nova como Anízio Teixeira.

Analisadas essas circunstâncias, pôde-se então, inferir que a educação não é inclusiva como se pressupõe e, uma vez que, muito de suas ações abrangem somente uma parte de seus atores, deixando a margem uma parte substancial da comunidade escolar, ela torna-se também promotora de desigualdades e divisões sociais, inviabilizando a alocação da escola cidadã

pautada por princípios democráticos. Pois os porteiros lidam contidamente e dotados de nenhuma autoridade disciplinar, com brigas, preconceitos, violências etc. e nestas situações são também vítimas de discriminação e até perseguidos, como participante com menor força simbólica, dado o pouco reconhecimento de sua importância, isso é ignorado.

Ao assumir características de competição, conflitos e relações autoritárias, a escola tornou-se também reprodutora desta ideologia, estando impossibilitada de realizar uma real transformação nas práticas sociais de seus alunos, contudo, o problema não está nos aspectos representativos da gestão de empresas, pois, como descrito por Weber, esses aspectos são meramente organizacionais e visam a eficiência técnica das ações administrativa, a dificuldade se apresenta quando a escola reproduz os autoritarismos e a “dominação dos honrados” comum as sociedades primitivas.

Separando os “titulados” dos “ignorantes”, tornando esses “irrelevantes” e esquecendo que os funcionários do corpo de apoio escolar são contribuintes nos processos escolares e realizam funções essenciais à educação, a escola estabelece um descompasso entre o discurso democrático e as práticas autoritárias, que são relevantes quando a educação pretende formar tanto para a cidadania quanto para a democracia. E uma vez que a escola pretende formar pessoas, precisa considerar que os funcionários se relacionam com os alunos e influenciam em seus aprendizados e comportamentos e se ao reproduzir estágios empresariais primitivos ela alcançará seus objetivos ou se brotará dela representantes desse sistema.

Independente da função que exerçam, ou de onde trabalhem o corpo de apoio escolar, são educadores, são os responsáveis pela gestão da totalidade material da educação escolar e essa característica não deve ser menosprezada “porque se trata dos canais por onde fluem as atividades de ensino–aprendizagem, as condicionalidades estruturantes do sucesso da educação dos estudantes (MONLEVADE, 2005, p. 86) “.

A constatação dessa invisibilidade social e o reconhecimento da necessidade de formação, valorização, e o reconhecimento destes potenciais educadores. Confirma a hipótese que a escola deve sim superar as marcas históricas do preconceito e da discriminação dos “não docentes”, e fomentar relações horizontais coletivas, ficando em consonância com os princípios de soberania popular e cidadania por ela difundidos. Uma vez delegados os poderes gerenciais do gestor e as responsabilidades pela execução das tarefas ao coletivo de funcionários, ouvindo e integrando sujeitos e experiências, a escola, não só agregará efetividade a seus processos, mas promoverá uma educação sobre bases democráticas que refletirá na qualidade do ensino e na formação política de seus alunos.

Percebe-se pelas entrevistas e relatos dos porteiros que não falta compreensão da importância destes nos processos organizacionais, o que de fato tem faltado é inclusão, e não inclusão no viés discursivo, inclusão real nesses procedimentos. Somadas as incoerências discursivas com as práticas autoritárias, a um índice de aprovação muito baixo, o estabelecimento virou sinônimo de ineficiência educativa e administrativa, ambiente bagunçado e sem moral, onde todos fazem o que querem ou entendem que podem fazer, o que é um óbvio equívoco. No entanto, essa é a imagem que as pessoas fazem da escola.

A escola precisa desconstruir essa imagem, e o melhor caminho talvez seja adotar um modelo de gestão escolar realmente participativo, inclusivo e coletivo, mas que também reconheça os esforços de seus colaboradores, seus avanços e iniciativas, que estimule o corpo de apoio escolar e lhes propicie formação técnica e superior, visando a eficiência administrativa, burocrática como meio para a educação de qualidade.

Sugerimos que se efetive o art. 2º do PNE 2014-2024, a Área Profissional 21, a Estratégia 15.11 (PNE), o Art. 62-A da LDB, que avaliza a formação dos profissionais da educação por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico nos níveis médio e superior, incluindo as habilitações tecnológicas em Gestão Escolar, Multimeios Didáticos, Alimentação Escolar e Infraestrutura e Meio Ambiente. E a implementação, pelos entes federados, do decreto 8.752 de 9 de maio de 2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.

E por fim, que as escolas implementem esses cursos técnicos dentro de seus espaços e estes estejam direcionados primeiramente a formação técnica de seu próprio corpo de apoio escolar. Pois, muitos destes profissionais nem chegaram ao ensino médio e outros o tem incompleto, apesar de existirem alguns, como nossos porteiros, que tem formação em nível superior, podendo a escola tirar proveito das experiências desses profissionais, o que só pode agregar valor a estes e qualidade a educação. Uma vez que, não são os materiais, equipamentos ou tecnologias que garantem qualidade ao ensino, mas sim pessoas, que precisam além de competência comprometimento.

São as pessoas e capacidade de organiza-se coletivamente que são "[...]a alma da escola e a base da sua qualidade educacional" (LÜCK, 2009, p. 82), são elas a base da qualidade do trabalho educacional e conseqüentemente da qualidade do ensino. E, portanto, uma **gestão participativa e inclusiva**, precisa está amparada por formação técnica e superior de todo o corpo de funcionário e seguida de lideranças mobilizadoras, como meio para os fins democráticos pretendidos pela escola cidadã. Pois, entendemos que a gestão democrática será

possível quando no lugar de divisão social, houver divisão de responsabilidades educativas e um ensino que valorize seus colaboradores.

Apesar de não ser surpresa as constatações deste estudo e compreender que nada de novo acontecerá enquanto não houver uma mudança de mentalidade na escola. A compreensão que essa mudança precisa ganhar corpo e forma, é talvez o que levo de mais definitivo desse projeto. Porque, mais do que assegurar direitos é preciso concretiza-los para que tragam resultados positivos para a sociedade.

É necessário, portanto, que as ideias e as políticas saiam do campo do discurso ideológico/romantizado e passem a fazer a diferença na vida das pessoas, pois anos de sucessivas conquistas no campo educacional, políticas formativas, legislação educacional, presas nos discursos e frases de efeitos nos deram uma escola com posturas do século XIX, no século XXI.

E compreendemos, que tanto pela contemporaneidade das conquistas quanto pelo desconhecimento dos maiores interessados na materialização destas, o corpo de apoio escolar, não podemos esperar que esta, triste realidade educacional seja superada de imediato, teremos ainda um longo período de ações e embates até que a inclusão e valorização dos porteiros escolares seja real. O número excessivo de responsabilidades e de funções que lhes são atribuídas e a falta de reconhecimento parece ser o principal motivador do aborrecimento e do descontentamento quanto a sua profissão.

Sobram aos porteiros, trabalhos exercidos em outros tempos pelo inspetor de alunos<sup>12</sup>, atribuições que hoje deveriam ser encargos do coordenador pedagógico, mas devido uma série de fatores acaba ficando ao encargo do porteiro. Isso tudo acarreta sobrecargas de responsabilidades e pressões que estão além de suas obrigações profissionais. Contudo, quando há algum reconhecimento, esse passa a ser um trabalho apaixonante.

---

<sup>12</sup> O inspetor de alunos tem o objetivo de auxiliar os alunos nas atividades rotineiras das escolas, manter organização e segurança dos alunos.

#### 4 REFERÊNCIAS.

ANGST, Francisco. A escola e seus atores: os funcionários de escola. In. SIMPOSIO IBEROAMERICANO EM COMERCIO INTERNACIONAL, DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO REGIONAL, 8. 2017, Cerro do Iago. **Resumos...** Cerro do Iago: Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), 2017, p. 16.

BELTRÃO, Rinaldo C. H (Org.). Funcionários de Escolas: Cidadãos, Educadores, Profissionais e Gestores. In. **Técnico em Mídias Didáticas e Secretaria Escolar**. Recife: SEE/Pernambuco, 2014 v. 1, p 77.

BOTELHO, Joacy M.; CRUZ, Vilma A. G. **Metodologia científica**. São Paulo: Editora Pearson, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de Nov. de 2005**. Inclui, nos quadros anexos à Resolução CNE/CEB nº 4/99, de 22/12/1999, como 21ª Área Profissional, a área de Serviços de Apoio Escolar. Disponível em: <<http://mobile.cnte.org.br:8080/legislacao-externo/rest/lei/33/pdf>>. Acesso em: 22/06/2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Termo de Referência n. 11/2014, CNE/UNESCO - 914BRZ1144.3**. Diagnóstico das iniciativas de formação inicial, em nível superior, e formação continuada dos profissionais da Educação Básica (funcionário e técnico administrativo) efetivadas pelas IES, especialmente as Universidades Públicas e Institutos Federais. Disponível em:< [portal.mec.com.br/novembro2015/pdf](http://portal.mec.com.br/novembro2015/pdf) >. Acesso em 30/06/2018.

BRASIL. **Decreto nº 6.755 de 29 de janeiro de 2009**. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/92458/decreto-6755-09>. Acesso em: 22/06/2018.

BRASIL. **Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016**. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Disponível em: < [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/D8752.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/D8752.htm) >. Acesso em 12/06/2018.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado federal, 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.014, de 06 de agosto de 2009**. Altera o art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112014.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112014.htm)>. Acesso em: 11/08/2018.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm)>. Acesso em 02/07/2018.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/125099097/lei-13005-14>>. Acesso em: 22/05/ 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 2006**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 12/06/2018.

CAPITÃO, Claudio G.; HELOANI, José R. A identidade como grupo, o grupo como identidade. **Aletheia**, n.26, p.50-61, jul./dez. 2007.

CARVALHO, Alonso B. **Burocracia e Educação Moderna – Anotações a partir de Max Weber** < [www.webartigos.com/artigos/burocracia-e-educacao2014](http://www.webartigos.com/artigos/burocracia-e-educacao2014) > acesso em 03/06/2018.

CAVALCANTI, Marco A. N. História oral e os trabalhadores da educação: narrativas do cotidiano escolar. in. SIMPOSIO DE HISTÓRIA NACIONAL, 29., 2017, Brasília. **Resumos...** Brasília: Universidade federal de Brasília, 2017, p. 9.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

CLEIDE, Fátima. Entrevista: Organização e valorização dos funcionários - cenário atual e desafios. **Retratos da Escola**, Brasília/DF, n. 5, p. 313-323, jul./dez. 2009.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CNTE). **Funcionários da Educação: conquistas e desafios da formação e da valorização profissional**. Brasília: Editora CNTE, 2016.

DOURADO, Luiz F. (Ed.). Funcionário de escola: identidade, conquistas e o futuro. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 5, p. 309-311, jul./dez. 2009.

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL RAIMUNDA MENDES QUEIROZ (EMEIFRMQ). **Projeto político pedagógico 2016**. Aurora do Pará, 2017, 21 pg.

FERNANDES, Francisco C. Entrevista: Organização e valorização dos funcionários - cenário atual e desafios. **Retratos da Escola**, Brasília/DF, n. 5, p. 313-323, jul./dez. 2009.

FIGUEIREDO, Humberto G. **O porteiro da escola: elemento fundamental**. Disponível em < [Capitão figueiredo.wordpress.com](http://Capitaofigueiredo.wordpress.com) > Acesso em 09/07/2018.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração. In. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Secretaria de Educação a Distância**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 pg. Série Educação a Distância. Vozes, 2001.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2002, ed. 4, p. p. 176.

- GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOMES, Ana V. A.; BRITO, Tatiana F. **Plano nacional de educação: construção e perspectivas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara: Senado Federal, Edições Técnicas, 2015. 293 p.
- LEÃO, Roberto Franklin. Entrevista: Organização e valorização dos funcionários - cenário atual e desafios. **Retratos da Escola**, Brasília/DF, n. 5, p. 313-323, jul./dez. 2009.
- LÜCK, Heloisa. **A dimensão participativa da gestão escolar**. Disponível em < <https://pt.slideshare.net/Leskabarby/dimensao-participativadagestaoescolar2012> > acesso em 05/08/2018.
- LÜCK, Heloisa. **A evolução da gestão educacional a partir de mudança paradigmática**. Disponível em < [cedhap.com.br/ge\\_GestaoEscolar\\_02](http://cedhap.com.br/ge_GestaoEscolar_02) > acesso em 06/08/2018.
- LÜCK, Heloisa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.
- LÜCK, Heloisa. *et al.* **A escola participativa**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- MINAYO, Maria C. S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- MONLEVADE, João. A. C (Org.). Funcionários de escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores. In. **Curso técnico de formação para os funcionários da educação: Profuncionário**. Brasília: Editora UNB, 2006 v. 1, p 92.
- MONLEVADE, João. A. C. História e construção da identidade: Compromissos e expectativas. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 5, p. 339-352, jul./dez. 2009.
- NASCIMENTO, Francisco C. F. Da escola ao espaço educativo: o novo sentido pedagógico. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 5, p. 375-389, jul./dez. 2009.
- OLIVEIRA, M. F. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. In. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração. Catalão/GO. Biblioteca da UFG 2011. P. 73.
- PARO, Vitor. H. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Editora Xamã, 2001.
- PARO, Vitor. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Editora Ática, 2008.
- PARO, Vitor. H. **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Editora Xamã, 2000.
- SOLIGO, V.; SOLIGO, M.G. Relações e Tensões entre Burocracia e Gestão Escolar. **Revista Pleiade**, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 19: p. 44-52, Jan./Jun., 2016.
- THOMAS, Jerry R; NELSON, Jack K. **Research methods in physical activity**. Disponível em < [www.ergonomia.ufpr.br/tiposdepesquisa](http://www.ergonomia.ufpr.br/tiposdepesquisa) > acesso em 23/09/2018.

VIEIRA, Juçara M. D. Funcionários da educação: o caso do Brasil é singular?. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 5, p. 325-338, jul./dez. 2009.

WEBER, Maximilian. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Editora Cultrix, 2011.

WEBER, Maximilian. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora UNB, 2015, v.1.

WEBER, Maximilian. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. São Paulo: Editora UNB, 2004, v.2.

WEBER, Maximilian. **O que é a Burocracia**. Brasília: Editora CFA, 1991.